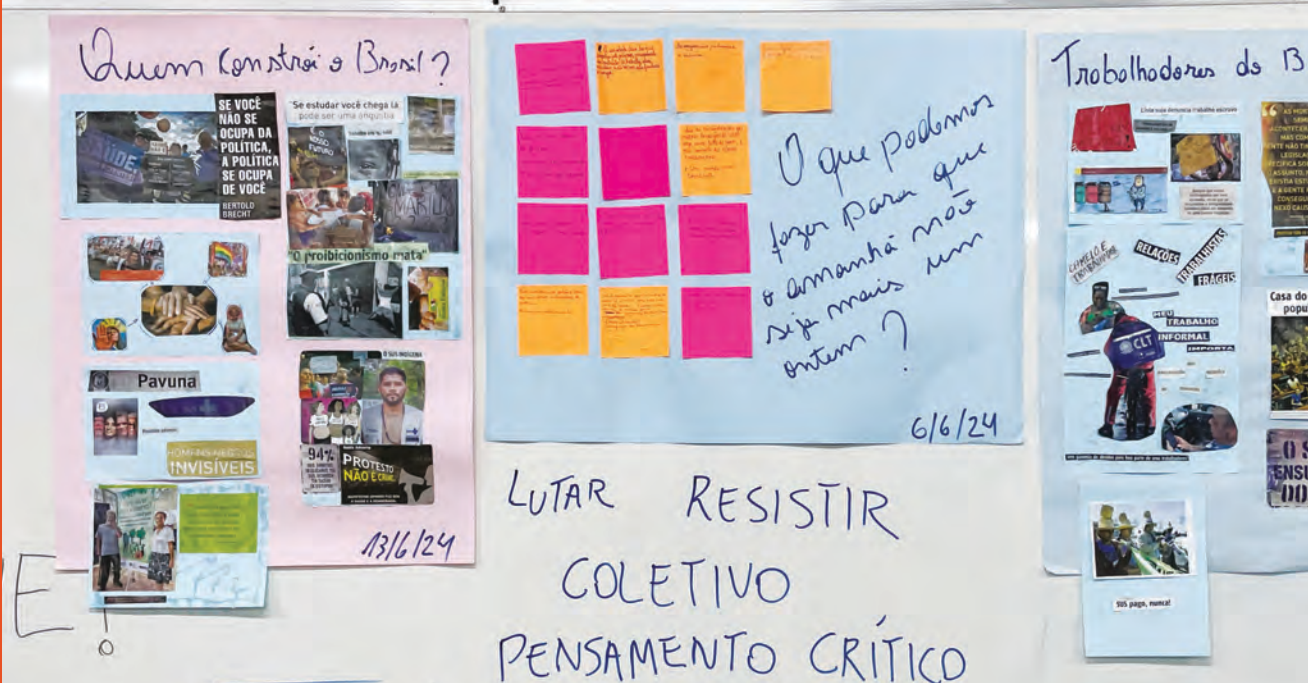




40 ANOS DO MST

Maior movimento popular da América Latina mostra que a luta pela Reforma Agrária inclui garantia de alimentação saudável, educação e cidadania



RECORTES DO BRASIL | A ideia de Matheus de Paula surgiu ao observar a diversidade de pessoas e situações de saúde narradas nas páginas de *Radis*. Ele decidiu propor uma atividade aos alunos do curso de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), na qual ele é professor substituto. Os estudantes montaram um painel com colagens e recortes de *Radis* para responder às perguntas: “Quem constrói o Brasil? Quem são essas (esses) trabalhadoras (es)?” Matheus conta: “Conheci a *Radis* durante a graduação — na época, realizava estágio em uma unidade de saúde. Me apaixonei pelo trabalho desenvolvido. Assinei e passei a ler as revistas no ônibus voltando para casa”. Aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), na Fiocruz, ele afirma que *Radis* foi quem despertou seu interesse pela importância da comunicação. “Parabens a todos pelo trabalho realizado com as matérias, análises e coberturas que tem os valores do SUS como princípios para a comunicação”, escreveu em mensagem à redação. Obrigado, Matheus, por nos lembrar o alcance e o sentido do nosso trabalho!

MATHEUS DE PAULVA

RADIS

edição 266 ■ nov 2024

CAPA: MILITANTE EM 4ª FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, PARQUE DA ÁGUA BRANCA - SP. FOTO: SOFIA SOISBELO



- | | |
|--|--|
| <p>EDITORIAL</p> <p>3 Consciência crítica: teoria e prática</p> <p>4 VOZ DO LEITOR</p> <p>5 SÚMULA</p> <p>CAPA 40 ANOS DO MST</p> <p>10 “Nós somos o MST”</p> <p>17 Reforma agrária popular vai além da terra</p> <p>19 MST em números</p> | <p>ENTREVISTA BEATRIZ GRINSZTEJN</p> <p>20 “É preciso decolonizar a narrativa sobre aids no mundo”</p> <p>FITOTERAPIA</p> <p>24 Uma história das plantas medicinais no SUS</p> <p>CONSCIÊNCIA NEGRA</p> <p>28 Lélia do Brasil</p> <p>34 SERVIÇO</p> <p>PÓS-TUDO</p> <p>35 Do pânico ao esquecimento: três anos da CPI da Pandemia</p> |
|--|--|

Consciência crítica: teoria e prática

Neste ano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra completa 40 anos de sua fundação, ocorrida após a ocupação de terras improdutivas no Rio Grande do Sul. Inicialmente, reunia famílias expulsas do trabalho no campo pela concentração da posse de terras e pela mecanização das lavouras, que desejavam ter seu pedaço de terra para plantar e prosperar. Com o tempo, o MST se tornou referência para a conquista de outros direitos e um exemplo de organização social bem estruturada, sendo considerado hoje o maior movimento popular da América Latina.

O Programa *Radis* identifica o vínculo das lutas do MST com a saúde desde 1988, quando o nosso jornal Proposta reportou o quanto aquela organização de base, tão incipiente quanto sólida, contribuiu para impulsionar a descentralização da saúde na cidade gaúcha de Ronda Alta. Uma multidão acompanhou entusiasmada em praça pública a assinatura do convênio entre Inamps e Secretaria Estadual de Saúde do RS para compartilhar recursos e meios na estruturação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. O SUDS foi um passo importante para implantação do Sistema Único de Saúde na década seguinte.

Em 2009, o editorial “Terra é saúde” de *Radis* reconheceu as contribuições do MST para a saúde ao lutar por terra, trabalho digno e liberdade, além de moradia, educação, saúde e igualdade entre homens e mulheres, direitos historicamente negados. Na época, o MST promovia o seu segundo Curso de Saúde no Rio de Janeiro.

Desta vez, *Radis* enviou a repórter Lara Souza ao berço do MST, o assentamento da antiga fazenda Annoni, transformado numa comunidade aprazível e ceileiro agroecológico no município de Sarandi, vizinho a Ronda Alta. A reportagem mostra aos leitores impressionante produção agrícola, economia solidária, replantio de árvores e avanços na educação crítica, do ensino fundamental integral até a graduação. Registra ainda a memória e a história daqueles que seguem lutando nesse projeto coletivo de conquista de cidadania e por um mundo mais justo e sustentável.

O MST representa hoje 400 mil famílias assentadas e 70 mil acampadas em 24 estados do Brasil, com 185 cooperativas, 1,9 mil associações e 120 agroindústrias. Na última colheita, foram produzidas 16 mil toneladas de arroz orgânico. A produção de leite chega a 7 milhões de litros por dia. Mais de 50 mil famílias têm produção completamente agroecológica.

Nesta edição, o leitor vai conhecer detalhes da pesquisa de doutorado da USP sobre a história do uso de plantas medicinais, que discute a sua utilização no SUS e os dilemas da industrialização dos fitoterápicos. O estudo resultou na publicação de um livro e na criação do Acervo Museológico da Fitoterapia Pública Brasileira.

O inaceitável caso do laboratório privado que emitia laudos falsos para sangue contaminado com HIV, vitimando pacientes do programa de transplantes do SUS, reacende críticas à privatização da saúde e à comercialização do sangue e seus derivados, proibida pela Constituição.

Leia na Súmula sobre nova variante da covid-19, medicamentos para doenças negligenciadas e tecnologia que bloqueia a replicação de vírus de dengue, zika, chikungunya e febre amarela nos mosquitos. Guia do Ministério da Saúde orienta como atender casos de ondas de calor, inundações e secas extremas. IBGE constata que 12,2 milhões de crianças e adolescentes brasileiros não têm acesso a esgoto e 2,1 milhões vivem sem água tratada. OMS afirma que vacinas poderiam salvar mais de meio milhão de vidas por ano no planeta. Artigo na sessão Pós-Tudo lembra que a covid-19 ainda é “uma questão de memória, verdade e justiça”.

Análise das eleições municipais, marcadas pelo crescimento do voto conservador, mostra um aumento da representatividade de grupos minoritários, como a população LGBT, com a eleição de 241 pessoas autodeclaradas LGBTQIA+. Aumentou também a representação indígena, com 256 pessoas eleitas. Por outro lado, o direito dos povos originários à demarcação de suas terras continua ameaçado pelo Congresso Nacional ao legislar com base no preceito do “marco temporal”, já definido como inconstitucional pelo STF.

No mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra, a repórter Luíza Zauza e o subeditor Glauber Tiburtino nos trazem um belo e tocante perfil de um ícone feminista e antirracista, a ativista mineira Lélia Gonzalez, que é referência mundial em estudos sobre gênero, raça e classe. Sua biografia, narrada por familiares à *Radis*, revela uma mulher à frente do seu tempo histórico, cujo pensamento crítico e interseccional, a produção acadêmica afro-latino-americana e as múltiplas militâncias pelas causas libertárias, democráticas e das identidades vêm sendo finalmente mais bem conhecidas, descortinando realidades e inspirando novas gerações.

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA**, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA *RADIS*


SUA OPINIÃO


Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

 radis.ensp.fiocruz.br

 [/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

 [/radisfiocruz](https://www.instagram.com/radisfiocruz)

 [@radisfiocruz](https://www.tiktok.com/@radisfiocruz)

PALESTINA

Obrigada, *Radis*, por denunciar o genocídio do povo palestino que vem acontecendo há mais de 70 anos e se intensificado de forma brutal nesse último ano. Essa negação do mínimo, regime de apartheid, destruição da infraestrutura, impedimento da entrada de ajuda humanitária em Gaza diz respeito sim a todos nós como humanos. Não dá para normalizar 17 mil crianças assassinadas.

Magnolia Meneses, via Instagram

Obrigada, *Radis*, por não ser omissa diante deste genocídio televisionado — que está sendo apoiado por qual grande potência?

Ellen Wedja, via Instagram

Com todo respeito à revista e ao povo palestino, mas uma matéria sobre nossas guerras urbanas seria também de grande interesse. Hoje, por exemplo, quantas cidades do Brasil não conseguimos circular mais? Quantas pessoas foram vítimas por errar o trajeto e entrar em território proibido?! O Brasil está sufocado e nós não falamos disso.

Francisco José, Via Instagram

Tenho muito respeito e admiração pela linha editorial de vocês, sempre pautada por importantes temas e seguindo uma abordagem democrática e humana. Parabéns, de verdade! Desejo vida longa, e mais e mais alcance. O mundo precisa de conteúdo humanizado para que as pessoas resgatem a sensibilidade.

Cristiana Dias, via Instagram

Já está claro que sua redação vem deixando de cumprir um papel científico e imparcial, para se dedicar ao cumprimento de uma agenda política enviesada. É triste porque como professor do ensino superior e profissionalizante, eu usava muito as revistas para

MULHERES VENEZUELANAS

Importante abordagem que traz à cena a discussão da situação das mulheres migrantes venezuelanas e o impacto da migração na atenção à saúde no SUS e que contribui para reforçar a necessidade de debate e construção de uma Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas e de ações para melhoria dos serviços públicos no acolhimento e atendimento dessas populações.

Élida Henington, via site



trabalhar em sala, tranquilo em saber que as matérias tinham fontes seguras, tratavam de temas relevantes para a saúde brasileira.

Oto Londres, via Instagram

R: Caros leitores e leitoras, agradecemos as interações que alimentam uma reflexão necessária. A matéria de capa da edição 265, sobre a tragédia em Gaza, assim como os temas e abordagens das demais reportagens que produzimos, são coerentes com a linha editorial do Programa Radis de Comunicação e Saúde, comprometido há 42 anos com o direito à saúde e à vida e com a defesa do SUS, da saúde coletiva e dos direitos humanos. Não há no mundo hoje uma escalada mais intensa, explícita e visível online contra a vida e a saúde de um povo inteiro. É uma pauta inarredável de saúde coletiva. É uma pauta incontornável do jornalismo humanitário.

RACISMO ALIMENTAR

O que precisa no Brasil é uma política séria sobre educação popular em saúde, priorizando a educação alimentar.

Maria de Lourdes Neves, via site

RADIANTES

A cada exemplar de *Radis* que chega, eu vibro. Vibro porque há nessas páginas um jornalismo comprometido em desvelar um Brasil desconhecido.

José Gadelha, via Instagram

EXPEDIENTE

RADIS © é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Glauber Tiburtino
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Jesuan Xavier e Lara Souza

Estágio Supervisionado
Izabelly Nunes

Arte
Eduardo de Oliveira, Felipe
Plauska e Fernanda Andrade

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

DOCUMENTAÇÃO
Lícia Oliveira (Projeto
Memória Radis 40+
e Radis Aberto)

ASSINATURAS

Assinatura grátis
(sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal
Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 114.200 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



HIV EM TRANSPLANTES: EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DO SUS

Escândalo recente no Rio de Janeiro questiona a credibilidade do sistema público de transplantes e mostra como a privatização de serviços do SUS pode colocar em risco a saúde das pessoas. A infecção pelo HIV de seis pacientes transplantados aconteceu por conta de um erro de um laboratório privado, responsável pela testagem da sorologia dos órgãos.

O caso veio à tona porque um paciente que fez transplante de coração procurou em setembro um hospital com sintomas neurológicos e foi diagnosticado com HIV positivo. Sempre que um órgão é doado, uma amostra é guardada. A Secretaria Estadual de Saúde fez, então, uma contra-prova do material e identificou o HIV.

Com a descoberta de um segundo caso, em outubro, os dados levaram a outro laudo errado, emitido pelo mesmo laboratório, o PCS Lab Saleme.

O governo do estado informou que o erro foi do laboratório privado, que liberou órgãos de dois doadores que tinham HIV para a fila dos transplantes (G1, 14/10). Segundo a Polícia Civil, o PCS Lab Saleme deu laudo falso negativo para os órgãos que seriam transplantados. Até 21 de outubro, cinco pessoas haviam sido presas. Elas são investigadas por crime contra as relações de consumo, associação criminosa, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e infração sanitária.

Esquema criminoso

O Ministério Público do Rio de Janeiro alega que os investigados e o PCS Lab Saleme já emitiram dezenas de resultados falsos para HIV, inclusive em exames de crianças e, por isso, estão respondendo a inúmeras ações indenizatórias por danos morais e materiais, “de forma que a reiteração dessa conduta demonstra total indiferença com a vida de seus clientes e da população como um todo”, registrou o G1 (20/10).

O PCS Lab Saleme foi contratado pela Fundação Saúde, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, para atendimento ao programa de transplantes no estado. Uma reportagem do UOL (12/10) destaca que a empresa assinou três contratos com o governo do Rio que, somados, chegam a R\$ 17,5 milhões.

O laboratório investigado tem como sócios parentes do ex-secretário estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Doutor Luizinho, atualmente deputado federal e líder do PP na Câmara. Segundo o UOL (12/10), a empresa teve sua capacidade técnica para produzir exames questionada durante a licitação, informando que o laboratório não teria conseguido comprovar experiência prévia para executar metade dos exames previstos no contrato.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Vigilância Sanitária do Estado encerraram o contrato e interditaram a sede do PCS Lab Saleme, que fica em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Privatização versus saúde

A Associação Interdisciplinar Brasileira de Aids (Abia) e o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) lançaram nota de repúdio (15/10), em que alertam para os perigos da privatização dos serviços de saúde. “Esta situação

inaceitável e sem precedentes é uma clara demonstração de como a privatização faz mal à saúde, prejudicando a vida das pessoas e os usuários do SUS. (...) O lucro foi colocado acima da vida das pessoas”, denunciaram as entidades.

■ LEIA MAIS SOBRE O ASSUNTO NO SITE DE RADIS

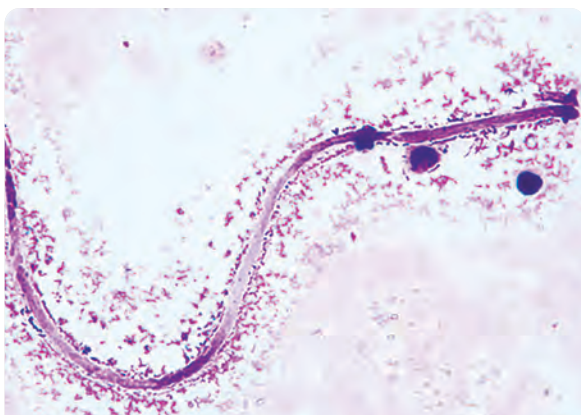
Nova variante da covid

A linhagem XEC, pertencente à variante Ômicron da covid-19, foi detectada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. O Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) confirmou os primeiros casos em amostras de dois pacientes da capital fluminense, diagnosticados com covid-19 em setembro. Em 24 de setembro, a OMS classificou a XEC como uma “variante sob monitoramento”, devido a mutações que podem favorecer seu crescimento.

Dados internacionais sugerem que a XEC pode ser mais

transmissível, mas o comportamento no Brasil ainda será avaliado, conforme destacou Paola Resende, pesquisadora do IOC. “Em outros países, essa variante tem apresentado sinais de maior transmissibilidade, aumentando a circulação do vírus. É importante observar o que vai acontecer no Brasil.”, explicou Paola à Agência Brasil (13/10). Segundo a plataforma Gisaïd, a XEC já foi identificada em pelo menos 35 países, com mais de 2,4 mil sequências genéticas registradas até 10 de outubro.

DOMÍNIO PÚBLICO



Elefantíase deixa de ser problema de saúde pública no Brasil

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou (1º/10) que o Brasil está livre da filariose linfática — popularmente conhecida como elefantíase — como um problema de saúde pública. A eliminação ocorre após 20 anos de distribuição em massa de medicamentos antiparasitários, atividades de controle de vetores e vigilância em áreas afetadas. Considerada uma das maiores causas de incapacidade permanente ou de longo prazo no mundo, a doença foi diagnosticada pela última vez no Brasil em 2017 e continuava endêmica apenas na região metropolitana do Recife (PE).

A eliminação da filariose linfática como problema de saúde pública foi definida como uma das metas do programa Brasil Saudável, lançado em fevereiro de 2024, que objetiva acabar com doenças socialmente determinadas. O Brasil é o 20º país ou território a ser validado pela eliminação da elefantíase e se tornou também o 53º a eliminar pelo menos uma doença tropical negligenciada.

O melhor remédio é vacinar

Uma maior aplicação de vacinas poderia salvar mais de meio milhão de vidas por ano em todo o mundo, ao se evitar patógenos resistentes a antibióticos. É o que indica um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicado no início de outubro. Segundo a publicação, o melhor uso de imunizantes para combater um total de 24 patógenos — incluindo vírus, bactérias e parasitas — poderia reduzir o uso de antibióticos em 22% ao ano em todo o mundo.

Seriam 2,5 bilhões de doses diárias de antibióticos a menos, contribuindo com os esforços de combate à resistência antimicrobiana. Ainda segundo a OMS, pessoas vacinadas contraem menos infecções e estão protegidas contra potenciais complicações provocadas por infecções secundárias, que podem exigir o uso de medicamentos antimicrobianos e até mesmo de internação hospitalar. Acesse o relatório pelo link: <https://bit.ly/relatoriovacinaeantibiotico>.



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Mais medicamentos para doenças negligenciadas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que obriga laboratórios públicos a ampliar a produção de princípios ativos voltados ao combate de doenças como dengue, malária, tuberculose, hepatites virais, hanseníase, leishmaniose, esquistossomose e doença de Chagas. Essas doenças, conhecidas como negligenciadas, atingem principalmente populações vulneráveis, devido à insuficiência de ações preventivas e tratamentos eficazes. A medida entra em vigor em 2025 e busca fortalecer a produção nacional para reduzir a dependência de importações e proteger a saúde pública.

O professor Fernando Aith, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), destacou que essas enfermidades persistem no Brasil, apesar de serem controláveis, e que sua erradicação é prejudicada pela falta de investimentos na pesquisa e produção de medicamentos. Ele criticou o desinteresse da indústria farmacêutica global em produzir esses fármacos, dado que a demanda é maior em países de baixa renda. "Isso coloca a responsabilidade sobre os laboratórios públicos, que precisam garantir a produção de medicamentos essenciais para essas populações", afirmou ao Jornal da USP (7/10).

Biofábrica contra arboviroses no Ceará

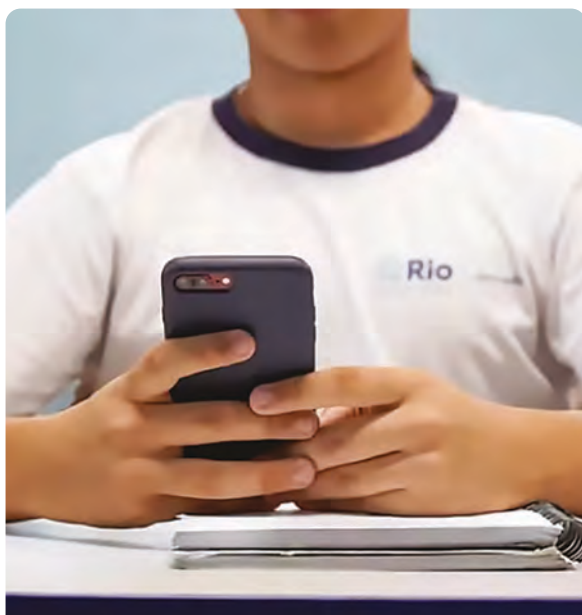
O plano de ação para redução dos impactos das arboviroses lançado pelo Governo Federal (18/9) confirma a implantação da biofábrica de Wolbachia no Distrito de Inovação em Saúde do Ceará, localizado no Eusébio, que tem a Fiocruz Ceará como âncora científica e tecnológica.

A expectativa é de que as obras sejam iniciadas ainda em 2024, com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2025, informou Carla Celedonio, coordenadora da Fiocruz Ceará (19/9). A pesquisadora destacou que a biofábrica funcionará como um ponto para distribuição de tecnologia para todo o Nordeste, beneficiando 1.794 municípios nordestinos, 55 milhões de brasileiros, em sete anos.

A biofábrica é uma das ações do plano, que conta com investimentos de cerca de R\$ 1,5 bilhão, foi construída com a participação de pesquisadores, gestores, profissionais e técnicos dos estados e municípios, e dá atenção às regiões de maior vulnerabilidade social.

O método Wolbachia consiste na injeção da bactéria homônima em mosquitos *Aedes aegypti*. O microorganismo, inofensivo para seres humanos, bloqueia a replicação do vírus de dengue, zika, chikungunya e febre amarela nos insetos, como abordou a reportagem da *Radis* 248. O método tem se mostrado eficaz em diferentes partes do mundo. Após a sua aplicação em Niterói (RJ), foram registradas a redução de 69% em casos de dengue, 60% em casos de chikungunya e 37% nos números de zika.





Celular em sala de aula está com os dias contados

Já é quase uma unanimidade que o uso prolongado de telas traz diversos prejuízos à saúde física e mental das pessoas. Os efeitos negativos são particularmente mais nocivos para crianças e adolescentes, que estão numa fase importante de desenvolvimento. Em julho, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divulgou relatório no qual sugere que os celulares sejam banidos das escolas. Segundo a Unesco, restrições já são adotadas na França, nos EUA, na Finlândia, na Itália, na Espanha, em Portugal, na Holanda, no Canadá, na Suíça e no México.

No Brasil, o Ministério da Educação avança nos estudos para apresentar, ainda em 2024, um Projeto de Lei que visa proibir o uso de celulares em escolas públicas e privadas a partir de 2025.

Crianças e adolescentes sem água e saneamento

Doze milhões e duzentos mil jovens não têm acesso a esgoto e mais de 2 milhões vivem sem água devidamente tratada. Esse é o alerta feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a partir de análise do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números foram divulgados em campanha lançada pelo Unicef em outubro para alertar sobre a crise sanitária que crianças e adolescentes enfrentam no Brasil.

A situação é mais grave no semiárido nordestino e na região amazônica. Das crianças e adolescentes com acesso inadequado, 70% são pretas ou pardas. Veja a campanha completa em <https://www.unicef.org/brazil>.



Ratinho, personagem do Castelo Rá-ti-bum, é símbolo de campanha de arrecadação da Unicef para o fornecimento de água potável

Guia sobre mudanças climáticas para profissionais da saúde

Um guia de bolso, como é intitulado, foi lançado pelo Ministério da Saúde voltado para profissionais do setor sobre mudanças climáticas. O objetivo é disponibilizar orientações sobre como os profissionais da saúde devem lidar com o atendimento em casos de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, inundações e secas extremas.

O material é adaptado de uma publicação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), com alterações para a realidade do SUS e informações sobre as alterações necessárias nos procedimentos para se adaptar a essa nova realidade. O livro está disponível no portal do Ministério da Saúde. Acesse: <https://bit.ly/guiamudancasclimaticasms>.

Eleições 2024: saldo positivo para a representatividade

Nestas eleições, um dado relevante se destacou: o aumento da representatividade de grupos minoritários nas prefeituras e câmaras municipais. Neste pleito, foram eleitos o maior número de candidaturas LGBTQIA+ da história, com um total de 241 pessoas assim declaradas, segundo levantamento realizado pelos programas Voto com Orgulho e VoteLGBT. Dentre essas pessoas, 27 dos candidatos e candidatas eleitos são trans, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

O Brasil também elegeu 256 pessoas indígenas, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), dentre prefeituras e câmaras municipais. Além do aumento de pessoas eleitas, as candidaturas indígenas foram as que mais cresceram proporcionalmente desde as últimas eleições quando comparadas às de outros grupos raciais. Em 2024, 169 povos indígenas tiveram candidaturas concorrendo às eleições em todas as regiões do Brasil.



VOTELGBT.ORG

Marco temporal ainda em debate

As discussões sobre a inconstitucionalidade da tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas continuam. Após Lei aprovada no Congresso Nacional — em dezembro de 2023 — desconsiderar parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) — emitido em setembro do mesmo ano — e voltar a adotar o ano de 1988 como definidor para demarcação de terras a serem oficialmente concedidas aos povos originários, cinco ações sobre a validade legal do marco tramitam no STF, reabrindo uma questão controversa e em disputa.

A solução sugerida pelo ministro Gilmar Mendes, relator das cinco ações sobre a Lei do Marco Temporal, foi a criação de uma comissão de conciliação, em busca de um consenso, reunindo representantes do governo federal (incluindo o Congresso), indígenas e da sociedade civil. O grupo possui 24 assentos, dos quais apenas 6 (25%) são destinados à representação indígena.

Ao tomar conhecimento que a comissão poderia

estabelecer votações por maioria, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) retirou-se da mesa, ainda em agosto. As demais representações indígenas no comitê seguem indicação do Ministério dos Povos Indígenas. Convidada por Gilmar Mendes a retornar à mesa, a Apib cita a desvantagem numérica na comissão e afirma se recusar a negociar o que é direito da população indígena.

Em outubro ocorreram três novas reuniões (2, 14 e 23/10). Durante a audiência do dia 14, foi destacado que um dos pontos a serem debatidos é a possibilidade de novas fontes de financiamento para as indenizações por demarcações. Já no dia 23, o STF iniciou os debates sobre o artigo 4º da Lei do Marco Temporal, que define critérios em que são definidas terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Foram lidos argumentos das ações favoráveis e contrárias à pauta e definiu-se um novo encontro no dia 4/11, quando os componentes pretendem avançar nas discussões.

Em outubro ocorreram três novas reuniões (2, 14 e 23/10). Na última delas, o STF iniciou os debates sobre o artigo 4º da Lei do Marco Temporal, que define critérios sobre terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Na sequência, em 4/11, os integrantes da comissão avançaram sobre a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o tema. A corte é um órgão internacional autônomo do qual o Brasil é signatário e, portanto, deve cumprir com suas determinações. O país também assina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina normas para proteção dos direitos indígenas. Outros cinco encontros foram agendados até o fim do ano, totalizando 13 audiências.



JOÉDSON ALVES / AGÊNCIA BRASIL

NÓS SOMOS O

40 ANOS DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO POPULAR QUE AJUDOU MILHARES DE FAMÍLIAS A CONQUISTAREM DIREITOS E CIDADANIA E PROVOU QUE OUTRO MODELO DE AGRICULTURA É POSSÍVEL

LARA SOUZA

Ninguém conseguia dormir. Debaixo de barracas construídas com estacas de madeira e lona preta, famílias acampadas com o objetivo de conseguir um pedaço de terra para plantar eram assustadas na madrugada com tiros e carros arrastando correntes pesadas na estrada de terra. O ano era 1981, em plena ditadura militar no Brasil, com a efervescência dos movimentos populares e dos protestos pelo fim do regime ditatorial. O local do acampamento foi decretado área de segurança nacional e sofreu brigada militar gaúcha.

A violência contra os acampados era cometida por policiais a mando de pessoas que concentravam grandes quantidades de terras na época, segundo informaram os entrevistados por *Radis*. Alguns chegavam a ficar horas presos dentro da barraca montada pelos militares sob tortura física e psicológica para que desistissem da luta pela terra.

Esse acampamento ocorreu na Encruzilhada Natalino, localizada no município de Sarandi (RS), uma das mais memoráveis ocupações no período que antecedeu a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre as várias que aconteceram entre os anos de 1970 e 1980 no Rio Grande do Sul, a exemplo da ocupação das granjas Macali e Brilhante, na mesma região. Os trabalhadores e trabalhadoras sem terra recebiam apoio da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e de parte da população da região.

As mais de 500 famílias, cerca de duas mil pessoas, estavam ali pela esperança da terra para quem quer plantar — essa promessa remonta ao dia 13 de março de 1964, quando o presidente João Goulart defendeu as reformas de base, dentre elas a reforma agrária, em um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Jango afirmou que o objetivo seria “tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável”. Esse comício foi o estopim para o golpe de 31 de março de 64, que completou 60 anos em 2024 (*Radis* 259).

Com o caráter religioso de grande parte das pessoas que estavam ali na luta pela terra, os acampados fizeram uma romaria, após a intervenção militar, e mudaram-se para Nova Ronda Alta, no município de Ronda Alta. Apenas em 1983, as famílias acampadas da Encruzilhada Natalino foram assentadas definitivamente nesse outro município. Para aquelas pessoas, a luta não tinha acabado ali, pois ainda existiam milhares de sem terra por todo o Brasil lutando pela reforma agrária.

Em janeiro de 1984, no primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Paraná, foi oficialmente fundado o MST, com o objetivo de que a luta precisava continuar e, principalmente, de forma organizada. Com a redemocratização do país, no contexto da década de 1980, esse era um momento de esperança e de muitas promessas.

A primeira grande ação do MST como movimento organizado foi a ocupação da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, em 29 de outubro de 1985 — acampamento próximo da icônica Encruzilhada Natalino. A ação se tornou o maior acampamento sem terra do país com 1,5 mil famílias de camponeses. A fazenda era objeto de disputa judicial entre a família Annoni e o Estado, que havia desapropriado as terras de mais de 9 mil hectares que hoje fazem parte dos municípios de Pontão e Sarandi.

O movimento que começou com pouco mais de 100 pessoas conta atualmente com cerca de 400 mil famílias assentadas e outras 70 mil acampadas. Organizado em 24 estados do Brasil, é o maior movimento popular da América Latina e conta com 185 cooperativas, 1,9 mil associações e 120 agroindústrias, segundo dados do MST.

No aniversário de 40 anos do MST, *Radis* visitou a Encruzilhada Natalino e as terras que correspondem à antiga Fazenda Annoni para conversar com os assentados e observar a trajetória desse movimento, que foi construído à base de muita luta.



MST

”

LARA SOUZA

Isaias Vedovatto em frente à sua casa no assentamento do MST



ARQUIVO MST



ARQUIVO MST



Monumento na Encruzilhada Natalino em homenagem aos camponeses. Fotos históricas mostram a ocupação na Encruzilhada Natalino no início dos anos 80

QUEM ESTAVA DEBAIXO DAS LONAS?

Na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, um jovem de apenas 22 anos cortou a cerca de arame farpado que demarcava os limites das vastas terras da Fazenda Annoni. À luz da lua cheia e sem lanternas para não chamar atenção dos policiais, a porteira foi derrubada na subida de uma colina e deu passagem à multidão. Naquela madrugada, 150 caminhões e ônibus lotados levavam as mais de 7 mil pessoas de 33 municípios, prontas para iniciar a ocupação, entrando nas terras demarcadas para a reforma agrária. Naquele primeiro momento, as pessoas deitaram no chão, tendo o mato como cama, antes mesmo que qualquer barraca de lona pudesse ser montada.

Não foi possível reprimir aquela quantidade de pessoas e as autoridades foram obrigadas a conversar. O jovem que ficou conhecido por ter cortado a cerca era Isaías Vedovatto, filho de agricultor assentado antes do golpe militar no país, em uma área desapropriada por Leonel Brizola (ex-governador do RS). Por viver nesse contexto, desde sempre Isaías sabia que era injusto que somente uma pessoa concentrasse uma quantidade enorme de terras sem produzir, enquanto existiam tantas pessoas passando fome e sem ter onde ou como trabalhar.

Hoje, com mais de 60 anos, ele relembra a luta pelo tão sonhado pedaço de terra: “Nessa região tem um processo de luta histórica muito importante, tanto pela saúde, quanto pela terra. Aqui perto também surge o MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores], o MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens]. Esse é o contexto histórico da região e eu sou filho dessa luta”, afirma Isaías sobre a efervescência dos movimentos populares no final da ditadura e início da redemocratização. “Para mim foi muito natural cortar a cerca quando entramos na Fazenda Annoni”, conta.

A ditadura havia perseguido e desarticulado os movimentos sociais e as organizações políticas. Por esse motivo, a Comissão Pastoral da Terra se tornou uma importante aliada dos camponeses na luta pela terra. Ocorriam reuniões nas comunidades rurais nas quais a leitura de dois textos era imprescindível: a Bíblia e o Estatuto da Terra, lei de 1964 que regula as relações fundiárias no Brasil. Este último diz que a Reforma Agrária é “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”, de acordo com o artigo 1º.

A partir desses encontros, nos quais os agricultores sem terra podiam debater e estudar temáticas importantes para uma tomada de consciência social, foi se organizando a primeira grande ocupação do MST, a da Fazenda Annoni. Além disso, a própria discriminação contra as ocupações reacendia o sentimento de injustiça nessas pessoas.

Isaías conta que “o processo de embate contra nós, [de chamar] de vagabundo... a própria imprensa, o jeito que tratava e trata até hoje os acampamentos, é uma discriminação muito forte”, desabafa, cansado. “Então tu te ver nesse processo já ajuda na formação de consciência, se te falam coisas que não é verdade, que te machucam, tu acaba aprendendo”, completa.

Como a Igreja Católica estava muito envolvida nessa luta, foi assim que Lúcia Vedovatto se tornou uma sem terra, hoje assentada e coordenadora do Instituto Educar do MST. Ela trabalhava na casa paroquial do Padre Anildo — importante nome na luta pela terra, na época — em Ronda Alta, depois de precisar trabalhar como empregada doméstica na cidade para conseguir terminar os estudos. A primeira vez que visitou um acampamento, achou um absurdo crianças e mulheres vivendo naquela situação precária.

LARA SOLIÇA

Após conhecer mais o movimento e se perceber também como uma sem terra por ter vindo de uma família numerosa de agricultores, Lúcia foi uma das pessoas que ocuparam e resistiram nas terras da Fazenda Annoni com mais dois irmãos. Ainda acampada, conheceu Isaías, com quem casou e teve dois filhos.

Mário Lill se descobriu sem terra pelo mesmo motivo de quase todos que estavam ali. Vinha de uma família numerosa de agricultores e não tinha terra para todos plantarem. Hoje é assentado, sócio fundador e presidente da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Cooptar). Ainda solteiro, viu na ocupação uma oportunidade de não ter que ir para a cidade ou passar fome. Mas não foi fácil.

“Foi perigoso por causa da guarnição da brigada militar paga pelo Estado para proteger a Annoni. A ocupação só foi possível pela quantidade de pessoas”, relata. Foi a partir daí que eles começaram a ter noção de que o “problema no Brasil não é terra”. “O problema é que ela está concentrada”, completa, e isso incentivava o ingresso na luta.

OCUPAR PARA PRODUZIR

Nos dois anos que antecederam a ocupação da Annoni, os militantes do recém-formado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra andavam com bandeira nas costas “procurando gente que pensava como nós e queria um pedaço de terra”, afirma Darci Maschio, assentado e presidente da Cooperativa Agropecuária e Laticínios de Pontão (Cooperlat). “Para podermos nos instalar e nos manter como organização — mesmo que aqui seja a região tida como o berço do MST — teve muita briga”, conta.

A região norte do Rio Grande do Sul, além de ser o lugar onde nasceram muitos movimentos sociais, é um território tomado pelo agronegócio voltado para a

monocultura e com grandes proprietários de terras. “A ideia que os governantes tinham era de que os colonos não podiam pensar, não podiam contestar, tinham que ser burros”, desabafa Darci. “Em relação aos direitos básicos do cidadão, o movimento, na nossa época, fez uma revolução”, afirma, ao mencionar direitos como saúde, educação, moradia, trabalho, renda, entre outros, que foram se tornando prioridade para o movimento.

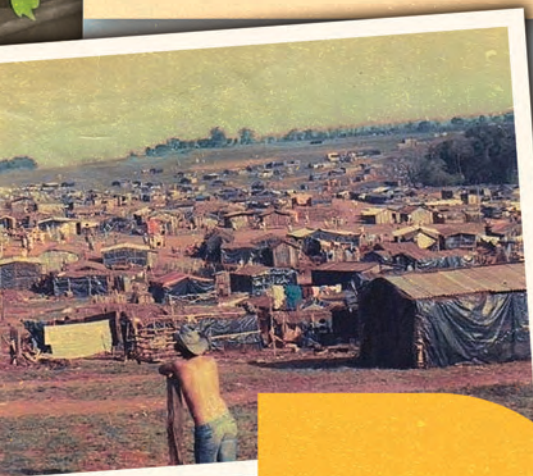
“Por que ocupar? Por que trancar a estrada? Pra que ocupar prédio público? Pra que ocupar terra dos outros?”, essas eram as perguntas que todos faziam, segundo relata Darci. E eles respondiam que “essa era a única forma, a única voz que os governos ouviam. Porque a gente ia lá, mandava documento, ofício e nada!”. “Muita gente morreu, sofreu, foi humilhada e torturada. É um histórico bonito que nós construímos com sangue”, afirma.

FAZENDA ANNONI

Quem caminha pelos assentamentos na região da antiga Fazenda Annoni se surpreende pelo nível de qualidade de vida. Alguns foram construídos em formato de agrovila, com uma rua principal e as casas dispostas lado a lado. Cada qual com seu estilo arquitetônico, o que mais se vê são cores, seja das casas bem pintadas ou das flores que crescem em abundância pelos jardins.

A maioria dos assentamentos também conta com área de lazer, algumas com quadras poliesportivas, academia ao ar livre e campos de futebol, além de centros de convivência onde são organizados jantares para toda a comunidade. Por ter muitas árvores frutíferas, o canto dos pássaros é o som mais presente, quando as máquinas das agroindústrias não estão em funcionamento.

Se o objetivo dos primeiros acampados da antiga Fazenda Annoni era ter seu pedaço de terra para plantar



ARQUIVO MST

Capela em homenagem à conquista da terra na Fazenda Annoni. Em foto histórica, a mesma ocupação na década de 80



LARA SOUZA



LARA SOUZA

Mário Lill, assentado e presidente da Cooptar, foi uma das pessoas que acamparam na Fazenda Annoni

Darci Maschio participou da fundação do MST. Atrás, maquinário da agroindústria de leite

e conquistar dignidade de vida, digamos que a empreitada foi um verdadeiro sucesso: a qualidade de vida é inegável. Porém, a visão de dignidade mudou para a maioria dessas pessoas. O sonho que no início era individualista se tornou coletivo.

“Uma terra só pra mim, sem ter que dar metade para o dono? Vou enriquecer”, pensava Darci Maschio. Já Mário Lill relembra: “Eu com a quantidade de terra que meu pai tem, solteirão, pensava: ‘vou enriquecer’, era o sonho de jovem”. A maioria das pessoas que foram ocupar a Fazenda Annoni tinha o objetivo de fugir da pobreza. “A questão principal era resolver o problema econômico. Estamos falando de um período de crise econômica, muitos jovens da minha época iam para São Paulo e Rio de Janeiro trabalhar em restaurante, ou para Porto Alegre trabalhar nas fábricas de sapato. Havia muito êxodo rural porque na agricultura não dava mais”, desabafa Isaías Vedovatto.

Quem queria ser agricultor e era “pobre” tinha que acampar para tentar conquistar sua terra. Contudo, só a terra não bastava. “A organização [do MST] foi necessária para a gente ir atrás de outros direitos que a gente nem sabia que tinha”, completa Darci. O objetivo era transformar aquelas pessoas em cidadãos: “Deixar de ser objeto de uso dos ricos e se tornar um cidadão que começa a pensar”, acrescenta.

Foi com essa proposta que o MST buscou formações para a sua base, ainda que precisasse mandar militantes para outros países para aprender com as práticas de outros movimentos. O MST não surgiu do nada e nem “inventou a roda”, pois bebeu na fonte de diversos pensadores e movimentos sociais da América Latina. Dessa forma, implementou a disciplina, a educação, a cooperação, o respeito às diferenças e às individualidades e, até mesmo, a

luta feminista dentro dos acampamentos e assentamentos. “Hoje eu sou o que sou e sei o que sei, graças ao MST e a seu processo de organização”, afirma Isaías.

LUTA TAMBÉM PELA EDUCAÇÃO

O município de Pontão (RS), hoje com cerca de 3,2 mil habitantes, surge e é emancipado por causa dos assentamentos. Nessa região, é construído um hospital, além da escola, que vai da educação infantil ao ensino fundamental II em tempo integral. Uma escola diferente, na qual os alunos aprendem não apenas o que está na grade curricular, mas também sobre a luta de seus pais e avós pela terra em que estão assentados, assim como sobre agroecologia e como podem ajudar a cooperar com um mundo mais justo.

A região também conta com o Instituto Educar, uma escola de formação do MST que oferece cursos de graduação. Salete Campigotto, professora, assentada e fundadora do Educar, lembra que “no nosso acampamento [na Encruzilhada Natalino], quase 60% das pessoas eram analfabetas e as crianças não tinham escola. Então, começamos a pensar a educação no acampamento”.

Como professora, ela sempre atuou na área da educação no MST e se sentia incomodada com a falta de acesso ao estudo para quem era agricultor. Porém, não existia um método que correspondesse àquela realidade. “Começamos a pensar em [como] trabalhar a educação com essas crianças e adultos. Então, fomos buscar uma assessoria com Paulo Freire, que recém tinha chegado do exílio”, narra. O diálogo com o método revolucionário do educador marcou o início da educação como base do MST.

O movimento instituiu a educação como um dos princípios, por acreditarem ser ela uma ferramenta de



4ª Feira Nacional
da Reforma Agrária
em São Paulo

mudança. Várias escolas foram criadas pelo MST, como a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em São Paulo, uma das maiores e mais referenciadas do país. Algumas pessoas do movimento foram estudar fora do Brasil, em colaboração com outros movimentos da América Latina, para se capacitar, como foi o caso da filha de Salete, Andreia Campigotto, que cursou medicina em Cuba.

COOPERAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

No início, em 1984, o MST tinha um único objetivo: fazer o latifúndio improdutivo produzir. Contudo, “a gente via, pela experiência de nossos pais, a pequena agricultura sumir, ser engolida pelos bancos, pelos grandes produtores e nós na contramão lutando para redistribuir a terra. A cooperação entrou nesse contexto. A única forma de nos tornarmos competitivos frente ao capital seria se nós juntássemos forças”, lembra Mário.

Após mais de 7 anos embaixo de barracas de lona para conseguir a terra, os recém assentados começaram o monocultivo de grãos, em sua maioria. Era a única experiência que conheciam na região. “Logo nos demos conta de que reproduzir o modelo tradicional não funcionaria. A mecanização expulsou as pessoas da roça”, conta Mário. Naquele período, existia um grande excedente de mão de obra, já que o agronegócio cada vez mais reduzia a quantidade de trabalhadores na terra.

Também foi constatado que a estrutura de monocultivo não servia para agricultores pequenos. Foram formadas, então, cooperativas como a Coopstar, que conta com frigorífico, produção de embutidos, carne suína e leite, além de agricultura. Esta última com o cultivo de verduras, hortaliças e grãos como feijão para

consumo próprio do assentamento e para doação, além da produção de grãos para ração dos suínos e bovinos.

Outro exemplo é a Cooperlat, que produz hortaliças, verduras, frutas, suco natural e feijão para venda, além de produtos lácteos como leite, manteiga, iogurte, queijos e nata.

“Estamos bem! Não estamos ricos, aquele sonho lá já abandonei há muito tempo!”, lembra, rindo, Mário. “A gente conseguiu estabelecer um padrão de vida bom. O que a gente tem aqui, qualquer pessoa do país gostaria de morar em um lugar desses, onde você tem trabalho, renda, lazer, convivência, preservação do meio ambiente, comunicação, acesso para chegar... o que você imagina para uma pessoa viver com dignidade”.

O CAMPO PLANTA, A CIDADE JANTA

Milhares de grãos caem da máquina de debulhar feijão em uma segunda-feira comum em uma das sete comunidades que constituem a área que um dia foi a Fazenda Annoni, que conta hoje com 433 famílias. Essa é a nova frente que o MST no Norte do Rio Grande do Sul quer investir: a produção de feijão. A ideia do movimento é cultivar alimentos utilizados na cesta básica do brasileiro. O Sul gaúcho já é reconhecido pela produção do arroz orgânico; agora, o Norte do estado tem buscado aumentar a produção de feijão.

A maior dúvida para quem defende a agroecologia é se esta seria uma solução viável em larga escala. O MST esbarrou nesse problema: como ser competitivo e produzir em grande quantidade com a redistribuição de terras? A resposta encontrada foi a economia solidária e o cooperativismo. “Logo que a gente foi assentado, tinha clareza de que cooperar era uma forma de valorizar o produto que



a gente tinha pra vender”, lembra Darci Maschio. “Se não se coopera, o agricultor será mais um a ser engolido [pelo agronegócio]”.

O que ocorria é que os pequenos agricultores não conseguiam vender nem ter crédito, então acabavam abandonando a Zona Rural. “Não conseguiam se sustentar e vendiam a terra por qualquer troco. Assim, iam embora tentar qualquer emprego na cidade”, reforça Darci. Ele e outras 140 famílias são sócios da Cooperlat, reconhecida na região pela qualidade do produto entregue. Atualmente, a cooperativa atende escolas e empresas, vende em feiras e até para o Exército.

Darci reforça que todos os produtos do MST carregam a bandeira do movimento: “Temos orgulho de dizer quem somos: somos assentados do MST!”. E se emociona: “Aqui e em qualquer lugar, nós somos o MST. Somos os mesmos que andamos com bandeiras nas costas”.

A emoção de Darci é sobre a nova forma como o preconceito contra o movimento é demonstrado na região. Se antes as pessoas tinham medo e os chamavam de ladrões, hoje torcem o nariz e contestam cada conquista, como se quem é do MST não pudesse ter carro, celular, vestir-se bem ou, então, ter a produção otimizada por máquinas.

Para que o projeto de cooperativismo desse certo, eles decidiram buscar referências em outros países da América Latina. Atualmente, os associados recebem um valor mensal de acordo com os produtos que entregam e no final do ano são distribuídas as sobras proporcionalmente à produção de cada associado. O objetivo da Cooperlat, assim como de outras cooperativas do MST, não é o acúmulo de capital, mas a distribuição de forma horizontalizada, diferente das outras cooperativas da região.

Uma vizinha da Cooperlat é a Cooptar, que está se tornando referência na região na criação de suínos e na

produção do frigorífico. Diferente da Cooperlat, essa é uma cooperativa na qual os sócios são todos de um mesmo assentamento e, além da distribuição horizontal, tem-se o propósito de que tudo seja dividido por igual. Por exemplo, a remuneração por hora trabalhada é igual desde a gestão até para quem trabalha diretamente com o gado.

Outra diferença é a Ciranda, espaço que funciona como creche para as crianças pequenas: pessoas do próprio assentamento trabalham neste espaço e são pagas pela cooperativa. O mesmo acontece com as cozinheiras, com as pessoas que trabalham com a plantação de árvores e no cuidado com a roça — tudo é feito em regime de cooperação.

A cooperativa também busca minimizar os impactos ambientais, fazendo o tratamento da água utilizada na criação de suínos ou no frigorífico, para que ela retorne para a lagoa de forma limpa. Utiliza energia solar para uso do maquinário, além de plantar milho que é transformado em ração para os animais. Cada vez mais, os assentados buscam encontrar estratégias para que o sistema produtivo seja retroalimentado.

Em todo o país, as cadeias produtivas mais consolidadas nos assentamentos do MST, nas mais de 180 cooperativas, são do arroz, leite, carne, café, cacau, sementes e mudas, mandioca e cana-de-açúcar. Porém, existe, ainda, produção de feijão, mel, castanhas, milho, ovos, tomates, açaí, pimenta e condimentos, entre outras. Além de diversificar a produção e automatizar as agroindústrias, o objetivo central dessa organização para cada vez produzir mais, em larga escala, é fazer frente ao modelo do agronegócio, que não é voltado para alimentar os próprios brasileiros, mas sim para a exportação.

JONAS SANTOS/MST

Marcha Estadual pela
Reforma Agrária (BA)

Salete Campigotto,
assentada, professora e
fundadora do Educar

REFORMA AGRÁRIA POPULAR VAI ALÉM DA TERRA

A luta do MST não é apenas sobre a terra. Muito além da região Sul do país, o movimento fincou raízes com estacas de barracas de lona em todo o Brasil. Após 40 anos de luta, há quem pergunte: “Ainda tem sem terra no Brasil?” ou “Ainda tem terra pela qual lutar?”. O MST responde com 70 mil famílias acampadas atualmente. O movimento caracterizado pela bandeira vermelha ocupa o assento central na discussão pela Reforma Agrária, que todos parecem ser a favor, apenas com a condicionante de que cada um quer um tipo diferente de reforma. *Radis* buscou saber qual a Reforma Agrária pautada pelo movimento.

A terra para quem nela trabalha foi o primeiro objetivo do MST. “Depois fomos compreendendo, em um debate nacional, que não basta apenas distribuir a terra e colocar

para produzir, tem que debater qual o modelo de produção. Não basta virar um agronegócio pequenininho”, afirma Isaiás Vedovatto.

Em contrapartida ao modelo tradicional de agronegócio, no início dos anos 2000, o movimento começa a pensar a agroecologia (Saiba mais sobre o tema na *Radis* 255). Posteriormente, outras discussões também foram se tornando centrais, como as questões ambientais, a educação e a saúde. “Esse foi um aprendizado construído nesses 40 anos de movimento”, completa Isaiás.

A agroecologia como bandeira de luta surge no contexto em que o país e o mundo enfrentam um processo crescente de fome, desemprego, violência e exclusão econômica e social. O adjetivo “popular” após “reforma agrária” tem o objetivo de demarcar que esse é um processo que toda a população precisa que aconteça, segundo o movimento. Não é apenas quem está acampado que necessita da redistribuição de terras, mas quem está nas cidades e é impactado pela fome, pela desnutrição impulsionada pelos desertos alimentares, pela falta de alimentos sem agrotóxicos e pela alta oferta de transgênicos.

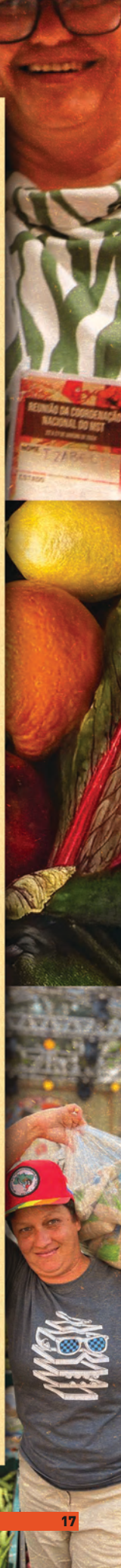
Outra bandeira de luta que o movimento adotou, que não poderia ser mais oportuna, é a preocupação com os impactos que causamos no meio ambiente. Uma meta lançada pelo MST em 2020 pretende plantar mais de 100 milhões de árvores até 2030 no Brasil. O objetivo é conscientizar a população sobre a crise climática e ambiental em que vivemos, mas, também, contribuir para o projeto de mundo mais justo que o movimento prega em suas bases.

Nos assentamentos, o plantio de árvores serve para preservar a cultura local, com a utilização de espécies nativas, além de criar áreas verdes utilizadas como pomar, para proteção térmica e até como objeto de estudo. As mudas de árvores criadas pelo MST estão auxiliando, inclusive, no reflorestamento de áreas que sofreram desastres ambientais, como o mais recente na região metropolitana do Rio Grande do Sul. Grupos de alunos formados em agronomia pelo MST, com habilitação em agroecologia, também auxiliam na recuperação de áreas afetadas pelo rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

Outra base forte do movimento é a cooperação. Aí se incluem as experiências das cozinhas comunitárias e



LARA SOUZA



de distribuição de alimentos e refeições em situações de calamidade, como ocorreu no Sul do estado gaúcho, após centenas de famílias ficarem desabrigadas por conta das enchentes. Ou durante a pandemia, quando o MST distribuiu alimentos para pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade social. Iniciativas como essas acontecem de um lado a outro do país.

Existe grande expectativa por parte de quem acompanha o movimento sobre as próximas diretrizes, que seriam decididas no VII Congresso Nacional, em 2024. Porém, o encontro foi adiado para 2025 em solidariedade à tragédia que ocorreu no Rio Grande do Sul.

EDUCAÇÃO COMO BASE

Um exemplo prático dessas estratégias do movimento ocorre no município de Pontão, nas terras desapropriadas da Fazenda Annoni: o Instituto Educar. Para capacitar os assentados para trabalhar com a agroecologia, foram criados cursos técnicos em agropecuária com ênfase em agroecologia. A primeira turma surgiu em 2005, em uma parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em 2013, por meio da mesma parceria e com apoio da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), iniciaram os cursos de graduação em agronomia, com habilitação em agroecologia.

Por falta de orçamento, o curso técnico foi descontinuado em 2016, ano do impeachment que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. Entretanto, 10 turmas finalizaram os estudos no Educar, com mais de 350 profissionais formados. O curso de graduação continuou, apesar dos cortes na educação (que afetaram todo o país): atualmente, já está se encaminhando para a abertura do processo seletivo da 5ª turma, que começará os estudos em janeiro de 2025. Mais de 100 estudantes já concluíram o curso, contando com a turma que está se formando em 2024. Semente de alunos da graduação, o Educar já recebeu pessoas de mais de 20 estados brasileiros.

Os estudantes frequentam uma parte do curso no campus da UFFS, porém a maioria do aprendizado acontece

no assentamento, em período integral: o Instituto Educar possui alojamentos para que os alunos possam cumprir o “tempo estudo” e o “tempo trabalho”, como é dividida a prática e a teoria. Seguindo a organicidade do próprio MST, os estudantes são divididos em núcleos de base (NBs) — pequenos grupos para debate de textos e divisão de trabalhos — além da coordenação da turma, em que sempre são escolhidas duas pessoas com paridade de gênero.

“A faculdade para nós é a possibilidade de formar agrônomos e agrônomas com outra visão de sociedade, de produção de alimentos. A gente não quer produzir commodities, a formação nossa vem em contraponto a isso, com outra perspectiva”, relata Douglas Grasselli, egresso da primeira turma do curso de agronomia no Educar e coordenador estadual do MST/RS. Ele faz parte da segunda geração das famílias assentadas na Annoni, cresceu e estudou nessas terras, onde já tem sua casa e toca um projeto de produção de feijão com os primos e os irmãos.

O Instituto também está construindo um sementário com grande variedade de sementes de diversas regiões do país. Tem um horto medicinal, com plantas que podem ser usadas no tratamento de doenças. E conta ainda com um viveiro de mudas de árvores que leva o nome de um companheiro do MST, Zecão. Na área da alimentação, o Educar promove jantares na região para conscientização sobre as plantas comestíveis não convencionais (Pancs), estimulando uma alimentação mais diversificada.

“O método que trabalhamos aqui não dá direito só a uma faculdade, mas a duas: que é a formação profissional e a vivência coletiva. Mais do que profissionais, a gente busca a formação como humano e a formação política”, ressalta Salete, acompanhada da companheira de trabalho no Educar, Lúcia Vedovatto, que complementa: “Você vê a alegria dos filhos e dos pais, o fato de criar aqui o curso de agronomia, no qual o filho pode ficar no assentamento, vai para a faculdade e volta para casa. É uma grandiosidade não precisar se mudar para a cidade ou para outro estado para o filho se formar”. **FB**

Educação, do ensino fundamental ao superior, é uma das bases do movimento

Livia Campi, Assentamento Zumbi dos Palmares (ES) no Encontro Sem Terrinha

Lúcia Vedovatto, assentada, educadora e colaboradora do Educar

Douglas Glasseli, segunda geração dos assentados na Fazenda Annoni e coordenador estadual do MST

MST EM NÚMEROS

- 400 mil famílias assentadas
- 70 mil famílias acampadas
- Presente em 24 estados do Brasil
- 185 cooperativas
- 1,9 mil associações
- 120 agroindústrias
- 16 mil toneladas de arroz orgânico produzidas na última colheita
- 7 milhões de litros de leite produzidos por dia
- Mais de 50 mil famílias têm produção completamente agroecológica
- 60% das ocupações por terra no Brasil são do MST atualmente

“É PRECISO DECOLONIZAR A NARRATIVA SOBRE AIDS NO MUNDO”

A nova presidente da International Aids Society (IAS), Beatriz Grinsztejn, pesquisadora do INI/Fiocruz, avalia o presente e o futuro do HIV

ADRIANO DE LAVOR

Médica infectologista, pesquisadora e chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), Beatriz Grinsztejn é, desde julho de 2024, a presidente da *International Aids Society* (IAS) para o biênio 2024-2026. Em entrevista à *Radis*, a pesquisadora comenta avanços e desafios no enfrentamento ao HIV/aids a partir dos temas tratados na 25ª Conferência Internacional sobre Aids (Aids 2024), que aconteceu na Alemanha, em julho.

“Mesmo tendo tratamento acessível e disponível, ainda há no mundo quase 10 milhões de pessoas que não acessam à terapia antirretroviral”, relata. Ela também fala sobre as expectativas em torno do uso da Profilaxia de Pré-Exposição (PrEP) de longa duração e da ampliação da estratégia para populações em situação de vulnerabilidade, além dos impactos das co-infecções de HIV com covid e mpox.

Beatriz explica como funciona o projeto internacional Unity, liderado por ela e que reúne, além do INI, centros de pesquisa de Brasil, Argentina e Suíça para avaliar a eficácia de um antiviral no tratamento de pessoas com mpox. “O Brasil tem dado uma contribuição importantíssima, e a gente espera que os resultados desse estudo possam ajudar a entender melhor o papel do tecovirimat como antiviral para o tratamento da mpox”, adianta.

À frente de uma das mais importantes sociedades científicas mundiais, ela comenta ainda a repercussão de ser a primeira brasileira — e a primeira mulher latino-americana — a assumir a presidência da IAS, revelando a expectativa de levar a voz do Sul global ao centro de tomada de decisões. “O processo de decolonização tem que ser contínuo. Muitas pesquisas são conduzidas na África, na Ásia, na América Latina, mas o autor principal é do Norte global. São questões críticas que a gente tem que enfrentar a cada dia, para que a nossa narrativa seja preponderante”.

Durante a conversa, a infectologista também reforça a importância do SUS na construção de pesquisa e de estratégias de prevenção, assistência e tratamento de HIV/aids, destacando o papel da comunicação na interlocução com a sociedade. “É necessário dar um salto em relação à comunicação, e mais do que nunca trazer a ciência e os resultados das pesquisas para o domínio da comunidade”.

Que desafios o mundo ainda enfrenta para atingir a meta da Unids [Programa Conjunto das Nações Unidas sobre aids] de eliminar a aids e o HIV como problemas de saúde pública até 2030?

Durante a Aids 2024, conferência internacional que aconteceu em Munique [Alemanha] em julho de 2024, tivemos a oportunidade de discutir temas importantíssimos sobre essa agenda, rumo à eliminação do HIV, e identificamos que existem barreiras ainda muito críticas a vencer. Essas barreiras têm relação tanto com o acesso, a prevenção e o tratamento, como também com o estigma e a discriminação, principalmente com as populações mais vulneráveis — hoje uma das barreiras mais críticas para que possamos atingir os nossos objetivos. Mesmo tendo tratamento acessível e disponível, ainda há no mundo quase 10 milhões de pessoas que não acessam à terapia antirretroviral. Quando observamos a “cascata de cuidado” [A cascata do cuidado contínuo do HIV é uma das estratégias de monitoramento clínico que retrata a trajetória das pessoas vivendo com HIV/aids nos serviços de saúde, desde o diagnóstico até a supressão viral], vemos que as pessoas mais vulneráveis estão em situação ainda mais complicada, seja para ter acesso à testagem do HIV ou aos serviços de saúde, seja para acessar à terapia antirretroviral e se manterem indetectáveis. Em cada uma dessas etapas se impõem desafios para estas pessoas, que ainda têm que lidar com outras questões, como insegurança alimentar, racismo estrutural, discriminação e estigma, enfrentados pelas minorias sexuais e de gênero. Todas essas questões influenciam diretamente essa cascata do cuidado para quem vive com HIV.

E em relação à prevenção ao HIV?

Os desafios são enormes, apesar de hoje haver estratégias de prevenção como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), que é altamente eficaz, se a pessoa consegue usá-la. De todo modo, ainda é extremamente complexo para pessoas de parte das minorias sexuais e de gênero acessarem os serviços que disponibilizam a PrEP. A gente ainda não tem a PrEP disponível nas comunidades. Há movimentos recentes em São Paulo, sugerindo a reestruturação dos serviços de saúde, de modo que ela possa ser mais acessível, mas ainda há muito a avançar, mesmo no Rio de Janeiro, que ampliou muito o acesso, ao colocar o acesso à PrEP na atenção básica. Se você olhar o Brasil como um todo, o número de pessoas usando a PrEP ainda é muito pequeno para uma política pública tão importante, que existe no Brasil desde 2017.

Que avanços científicos você poderia destacar da Aids 2024?

Tivemos a apresentação de novos resultados de uma droga para a PrEP, o cabotegravir de longa ação. Os resultados foram apresentados na conferência de 2020, ainda no meio da pandemia, e mostra que é uma droga altamente eficaz para prevenir a aquisição da infecção pelo HIV, seja na população de homens que fazem sexo com homens, travestis, mulheres trans e mulheres cis. Mesmo apresentando resultados promissores desde 2020, a implementação dessa estratégia tem sido extremamente lenta e o acesso muito desigual no mundo. Na conferência em Munique, a gente teve a apresentação dos resultados de um estudo do mesmo estilo, com uma



Beatriz Grinsztejn assumiu a presidência da International Aids Society (IAS) na 25ª Conferência Internacional sobre Aids (Aids 2024), em Munique

droga chamada lenacapavir, que também é de longa ação e se mostrou altamente eficaz, conferindo 100% de proteção na aquisição do HIV entre mulheres cis na África. A gente aguarda a qualquer momento os resultados dessa mesma droga, que está sendo testada entre a população de homens que fazem sexo com homens e outras minorias sexuais e de gênero. São então dois produtos de longa ação extremamente eficazes, mas dos quais a gente não tem nenhuma garantia de acesso para as pessoas que precisam.

Por que garantir o acesso é tão importante?

Considero que o acesso é uma questão prioritária hoje. Neste momento, a gente está fazendo um estudo de implementação do cabotegravir, para que possamos ver como uma estratégia de PrEP de longa ação pode ser implementada no nosso Sistema Único de Saúde, que é o que nos importa. Esse tipo de pesquisa, a ciência da implementação, que avalia como novas estratégias e tecnologias podem ou não ser implementadas no SUS, é uma área que precisa avançar bastante no Brasil. Nós fizemos isso com a PrEP oral, estamos fazendo hoje com o cabotegravir e vamos ver se podemos fazer também com o lenacapavir, para avaliar como é que essa droga pode ou não vir a fazer parte do SUS, mas no final das contas tudo o que importa é por quanto o produtor vai vendê-la para o Ministério da Saúde. E essas são questões que estão além da nossa capacidade de intervenção. São negociações em um outro patamar.



“

A comunicação é fundamental, mais do que nunca, para levar aos mais jovens a informação em relação a como lidar com as vulnerabilidades, a percepção de risco e ao que existe de disponível no SUS

”

E que outras contribuições do Brasil e da Fiocruz você poderia destacar na Aids 2024?

Tivemos oportunidade de levar estudos de mpox, uma infecção sexualmente transmissível que foi reconhecida novamente como emergência de saúde pública global pela Organização Mundial da Saúde (*Radis* 265). Isso já faz parte da nossa realidade, desde o primeiro surto, em 2022. A gente continua enfrentando o surto que ressurgiu no final de 2023 e, durante todo o ano de 2024, vem apresentando aumento do número de casos. O INI/Fiocruz é um polo de atendimento, assistência e pesquisa em mpox no Rio de Janeiro, é referência para o estado. Temos dado grande contribuição para o conhecimento e o entendimento da mpox no contexto brasileiro. Nosso avanço nas pesquisas com outras IST tem sido um papel importante da Fiocruz em relação a temas para além do HIV.

É possível a gente avaliar o impacto que essas coinfeções (mpox, hepatites virais, covid de longa duração) têm no enfrentamento ao HIV?

A pandemia de covid-19 causou um impacto enorme na pandemia de HIV porque houve uma desestruturação dos serviços prestados para as pessoas vivendo com HIV, quando outras questões se impuseram. Muitas pessoas deixaram de usar o

tratamento da forma adequada. No pós-pandemia, o Brasil vê um número marcante de pessoas desengajadas do cuidado. Além disso, no país e em toda a América Latina as pessoas ainda são diagnosticadas tarde. Hoje o Brasil tem em torno de 70 mil pessoas perdidas de acompanhamento. Quando a gente imagina um país em que a gente tem tudo — tem diagnóstico, prevenção e tratamento —, temos que lembrar que uma série de outras coisas influenciam diretamente o quanto as pessoas de fato podem se beneficiar de tudo que o nosso SUS oferece.

Como a comunicação pode contribuir nesse processo?

É fundamental hoje que a comunicação se dê em relação à população jovem das minorias sexuais e de gênero, que não tem informação sobre prevenção ao HIV e sobre o que o SUS disponibiliza, e porque nas escolas nada se fala sobre educação sexual. Infelizmente, tudo que a gente tem vivido em termos de moralismo, com a direita tomando a agenda e as narrativas, resulta em total falta de informação. A comunicação é fundamental, mais do que nunca, para levar aos mais jovens a informação em relação a como lidar com as vulnerabilidades, à percepção de risco e ao que existe de disponível no nosso SUS para que as pessoas vivam uma vida sexual saudável.

Você está à frente de um estudo internacional sobre o uso de um antiviral no tratamento de pessoas com mpox. Pode falar um pouco mais do projeto?

Estamos conduzindo o estudo Unity, uma pesquisa muito importante que está avaliando o tecovirimat para pessoas diagnosticadas com mpox. Temos hoje um número substancial

de brasileiros que foram incluídos no estudo, que acontece também na Argentina e na Suíça. O Brasil tem dado uma contribuição importantíssima, e a gente espera que os resultados desse estudo possam ajudar a entender melhor o papel do tecoviramat como antiviral para o tratamento da mpox.

No passado, quando falar sobre aids ainda era um tabu, como foi para você desenvolver pesquisa como estratégia de enfrentamento ao HIV?

Nós viemos para cá para fazer isso. Naquele momento ainda era Instituto Evandro Chagas. Eu vim para cá assim que eu saí da residência médica, em 1988. Eu só tinha 27 anos, estou há muito tempo aqui. Desde o início, a gente teve toda uma facilitação para que isso acontecesse. A Fiocruz é um lugar único onde essa conjunção pode se dar, com menos trauma que lá fora. A Fiocruz é um exemplo para o SUS.

E como essa experiência contribuiu para que você se tornasse presidente da International Aids Society (IAS)?

É uma construção que não foi feita propositalmente, mas que me permitiu que eu chegasse a ser presidente da IAS, um grande desafio que estou encarando agora, ver como posso trazer alguma contribuição, como uma mulher latina. Este é um momento muito interessante da minha vida profissional, por me permitir fazer com que toda essa história, toda essa vivência, e tudo isso que a gente conseguiu construir, no INI, contribua com a missão da IAS.

Alguma expectativa específica em relação a isso?

A expectativa é que a gente consiga de fato trazer a narrativa do Sul global para uma instituição que é global, que as ações realmente sejam pensadas a partir de onde a gente está, aqui no Sul global. Acredito que isso faça enorme diferença do que ter uma sociedade internacional de aids pensada da perspectiva de um presidente sentado no Norte global. Essa é a contribuição: um olhar diferenciado que a gente pode

dar. É preciso decolonizar a narrativa sobre aids no mundo. Isso se reflete ainda no financiamento: as pesquisas vêm do Norte global, né? Uma coisa que nos empodera, na Fiocruz, é que a gente tem algum nível de financiamento próprio, o que permite que a gente consiga manter uma narrativa nossa. Mas o processo de decolonização tem que ser contínuo. Você vê muitas vezes pesquisas que são conduzidas em centros na África, na Ásia, na América Latina, mas cujo autor principal é do Norte global. São questões críticas que a gente tem que enfrentar a cada dia, para que a nossa narrativa seja preponderante. A gente precisa que a nossa voz e o nosso tom sejam colocados em tudo que a gente fizer. Essa é uma construção diária e uma desconstrução diária, também.

Você acha que as pessoas precisam voltar a falar sobre HIV e aids?

Eu não tenho dúvidas. Acho que a gente não fala mais disso, vive um momento em que, mesmo em nível de governo, não se fala de HIV. A gente não tem campanhas; a gente não tem nada que possa trazer para discussão a situação atual da epidemia. Hoje, no Brasil, os jovens são a população que mais adquire o HIV, o que é algo totalmente inaceitável. É absurdo que a taxa de infecção cresça entre jovens entre 18 e 24 anos, com tudo que já existe para prevenir o HIV. E isso tem muito pouca visibilidade na agenda nacional. É preciso dar visibilidade a essa situação para que as pessoas possam fazer o uso do que o SUS oferece, e que não está sendo usado na sua plenitude. É preciso dar um salto em relação à comunicação, e nisso considero que vocês têm um papel importantíssimo. Mais do que nunca é preciso trazer a ciência, os resultados das pesquisas, para o domínio da comunidade. Só a parceria com a comunidade pode tirar a gente dessa situação. 🗨️

■ LEIA A ENTREVISTA COMPLETA NO SITE DA RADIS

GUIA DE PREVENÇÃO COMBINADA

O Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dathi) do Ministério da Saúde publicou, na última semana de outubro de 2024, o Guia para Oferta de Prevenção Combinada ao HIV, com foco em PrEP e PEP, para pessoas trans, travestis e não binárias.

O guia, voltado para profissionais de saúde, reúne recomendações com foco no uso das profilaxias pré e pós-exposição de risco ao HIV (PrEP e PEP, respectivamente), além de conceitos sobre gênero e sexualidade. Segundo o Ministério da Saúde, o documento é uma resposta que atende às vulnerabilidades encontradas por essa população no acesso aos serviços de saúde e tem a intenção de auxiliar os trabalhadores da área da saúde com a temática. No Brasil, as travestis e as mulheres trans representam o

grupo mais severamente afetado pelo HIV. O guia informa que as razões para esse cenário são múltiplas, sendo possível afirmar que estão relacionadas aos determinantes sociais de saúde — desigualdade, pobreza, além de outras vulnerabilidades individuais, sociais e estruturais, que incluem fatores associados a preconceito, violência e discriminação, desajuste familiar, obstáculos ao reconhecimento legal e social de sua identidade de gênero e exclusão da educação escolar e do mercado de trabalho. “Tais situações podem resultar em baixa escolaridade, uso abusivo de álcool e outras drogas e envolvimento com trabalho sexual, em um ciclo que perpetua a marginalização desses segmentos populacionais”, aponta o texto.

■ QUER SABER MAIS? ACESSE [BIT.LY/GUIAPREVENCAOHIV](https://bit.ly/guiaprevencaoHIV).



UMA HISTÓRIA DAS PLANTAS MEDICINAIS NO SUS

Projeto de acervo museológico popular
resgata memória das práticas de fitoterapia
na saúde pública brasileira

GLAUBER TIBURTINO

Quem nunca ouviu que chá de quebra-pedra auxilia no tratamento de cálculo renal? Ou que a pomada de arnica é “tiro e queda” para contusões como as do futebol de fim de semana? Ou ainda tenha recorrido à horta no quintal daquela vizinha para colher umas folhinhas de boldo, em dias em que o estômago e o fígado pedem ajuda na digestão? Esses e centenas de outros saberes populares e tradicionais remontam a gerações passadas e são utilizados como práticas terapêuticas.

Trata-se do uso das chamadas plantas medicinais: folhas, talos, raízes, cascas, sementes e frutos cujos componentes têm poder de alívio de sintomas, cura e prevenção de doenças. Esses vegetais podem ser consumidos em sua forma natural ou após passarem por algum processo de preparação e produção, quando se tornam medicamentos fitoterápicos.

Embora a prática seja fundamentada em conhecimentos ancestrais, registros indicam que só na década de 1980 ela começou a ser aplicada nos serviços de saúde pelo Brasil afora. E apenas no século 21, em 2006, ganhou uma política institucional: a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Ainda assim, a publicação tem limitações e reflete disputas a serem enfrentadas.

A constatação é do sanitarista Pedro Carlessi, que estudou o tema em sua tese de doutorado, pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (PPGSC/FMUSP), defendida em 2023. De acordo com sua pesquisa, em um país tão diverso como o Brasil, a homogeneização de condutas que vem junto com a normatização pode significar o apagamento e o silenciamento de algumas práticas.

São principalmente essas lacunas que Pedro aborda em sua tese — indicada pela USP para o Prêmio de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na categoria Saúde Pública — e no livro

decorrente dela, em vias de ser lançado. Ambas as publicações receberam o mesmo nome: A institucionalização da fitoterapia pública brasileira. Sobre suas descobertas e impressões, o autor revela um distanciamento entre aquilo que se tem e sua origem: “Hoje temos no SUS, por exemplo, os ‘produtos tradicionais fitoterápicos’, que por mais estranho que pareça, não guardam relação com os direitos relativos a povos ou comunidades tradicionais”, explica.

“Acompanhar essa política e olhar para a fitoterapia pública no Brasil é uma forma de compreender como essa relação — entre universalização da saúde e a diversidade dos cuidados —, muito presente nos debates do SUS, é também acompanhada por mecanismos de marginalização, exclusão e deslizamentos categóricos”, afirma. Segundo ele, os movimentos sociais por vezes estão falando uma coisa, mas quando vira política pública, não se sentem contemplados por aquela categoria.

Pedro, que atualmente é pesquisador do Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), esclarece que seu estudo não teve como foco a política de institucionalização em si. “A minha ideia foi acompanhar esse tema a partir do conceito de tradição ou tradicionalidade. Trabalhei mais próximo da antropologia, interessado em ver como as ideias de tradição ou de tradicionalismos, identidade e de cultura, no sentido amplo, foram mobilizadas para se tornarem um discurso terapêutico”, explica.

Além da tese de doutoramento e do livro, com publicação prevista para dezembro de 2024, pela editora Hucitec, a pesquisa de Pedro resultou ainda em uma coleção que reúne itens vindos de Norte a Sul do país, doados por trabalhadores da saúde pública que atuaram desde os anos 80 nessa prática, e que será disponibilizada à população como um grande acervo museológico da fitoterapia pública brasileira,



A farmacêutica Ana Prade é responsável pela implementação dos serviços de fitoterapia em São Bento do Sul (SC)

sob curadoria do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da USP. “Uma iniciativa inédita na preservação da memória e salvaguarda do patrimônio cultural do SUS”, diz. A previsão é que o material esteja todo reunido e catalogado para consultas até o início de 2025.

UM ACERVO DO POVO E PARA O POVO

Ao longo da pesquisa, Pedro conversou com servidores municipais de cidades pequenas, espalhadas pelo país, que tinham em seus planos de governo a pauta das plantas medicinais e desenvolviam esse trabalho há anos, bem antes da política nacional. “Ele [o gestor municipal] tinha lá uma comunidade pastoral ou uma comunidade quilombola e começou a ter contato com a ‘fitoterapia’ não institucionalizada, vamos dizer assim”, explica.

Foi a partir dessas vivências que as prefeituras criaram seus programas e propostas: “O Brasil está cheio de experiências desse tipo, ou seja, tinha o governo federal dando uma recomendação muito farmacológica, mas havia gente ali fazendo coisas diferentes”. Foram nessas interações que o pesquisador começou a ter acesso ao material que agora será reunido em acervo para consulta pública e preservação dessa memória.

“Quando comecei a entrevistar essas pessoas, que hoje basicamente estão se aposentando, elas compartilharam comigo um monte de fotografias, matérias de jornais, documentos que estavam guardados em casa e disso surgiu um interesse de registro e salvaguarda dessa memória, que a gente está chamando: Acervo Museológico da Fitoterapia Pública Brasileira”, resume.

O sanitarista diz ter percebido uma predominância da narrativa do Estado em estudos sobre as plantas medicinais e fitoterápicos. Notava a voz do Ministério da Saúde, do Departamento de Assistência Farmacêutica, mas também

sentia a ausência das demais pessoas envolvidas. “A ideia desse acervo é documentar essas histórias ‘menores’ que ficaram marginalizadas e esquecidas, de gente que trabalhou a vida inteira nesse tema e não viu os seus programas sendo reconhecidos”, relata.

“Tem muita história nisso [no acervo], é um pouco a história de vida e memória das pessoas e das instituições. São secretarias municipais, planos de governos estaduais”. Para a guarda do acervo, a escolha pelo Museu Histórico da FMUSP foi natural: “Ele já tem uma metodologia de salvaguarda da memória das instituições de saúde no Brasil bem elaborada e é uma metodologia bastante cuidadosa quanto ao acesso à informação”, detalha Pedro.

Já a consulta ao material ocorrerá da seguinte forma: o acervo físico ficará no museu. São documentos textuais, fotografias, filmes em VHS, documentos visuais, dentre outros itens. Essa relação será disponibilizada em um catálogo virtual, no site do próprio museu, e a partir dele os interessados poderão consultar o acervo e agendar uma visita para ver o documento físico ou enviar um e-mail solicitando uma cópia do item selecionado.

COLEÇÃO COLETIVA E CONTÍNUA

A proposta de composição desse acervo é ser o mais participativo e democrático possível: as doações devem continuar à medida que outras pessoas, que também tenham materiais de memória conheçam a iniciativa. Para isso, a orientação é que o próprio museu seja contactado a partir da liberação do acervo. “Muita gente tem me procurado para fazer doações porque são documentos que estão nas casas das pessoas e elas reconhecem o valor histórico nisso, mas como acervo privado tem pouca possibilidade”, afirma.

Pedro ressalta que o protagonismo não é seu, embora tenha articulado a iniciativa e esteja à frente da coordenação

desse trabalho. “Essa história é deles, ela já estava acontecendo, eu só estou intermediando”, diz, antes de emendar: “A história desses sujeitos, assim como a memória mantida em forma de fotografias, recortes de jornal, filmes e documentos amarelados pelo tempo, mostram como a biografia dessas pessoas é fortemente implicada com a consolidação do SUS e especialmente com a diversificação das modalidades terapêuticas no Brasil”, reflete.

O sanitarista conta ainda que a recepção foi a melhor possível ao consultar suas fontes de pesquisa. “Muita gente está se aposentando, reformando a casa, vê lá aquela caixa cheia de memória e é importante porque não são memórias privadas, elas contam a história do SUS”, narra, sem fechar a porta para que o acervo institucional dessa memória também se una à coleção. E lança o convite:

“Nossa ideia agora é contar com a parceria do Ministério da Saúde para incorporar o acervo deles também. Eles têm um material muito vasto, que é de interesse historiográfico, para trabalharmos todos juntos”, frisa. Dessa forma, além de preservar a memória, o acervo museológico da fitoterapia pode servir também como inspiração e novas possibilidades de uso das plantas medicinais na saúde pública brasileira.

VAZIOS DEIXADOS PELA PNPMP

Pedro aponta que um dos problemas que ele identifica na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) é sua limitação em relação à incorporação dos saberes populares e tradicionais nas práticas de saúde. “Para se chegar até a política há disputas sobre o que é ou não legítimo perante o Estado. Ou melhor, quem é legítimo ou não para curar a partir de plantas, de utilizar plantas como recurso terapêutico, perante o Estado”. Para o sanitarista essa construção é parte da identidade nacional, dentro de uma memória segregacionista.

“É pensar nessas práticas como práticas de saberes marginalizados, de corpos marginalizados, de identidades que precisaram se tornar outra para poder ser cidadã. E esse tema, dos fitoterápicos e plantas medicinais, recupera muito esse tipo de discussão, sobre que tipo de Brasil o Brasil institucional deu conta de fazer”, analisa, afirmando que com as políticas públicas chegam também os regimentos sanitários, os acordos internacionais e as pautas comerciais.

Ele acredita, porém, que a coleção reunida vai na contra-mão dessa tendência: “Esse é um aspecto interessante desse acervo, de mostrar como no Brasil, quando a gente está olhando lá para os municípios, sobretudo para os pequenos, de baixa densidade populacional, rurais, em regiões eventualmente isoladas, tem uma criatividade para criar soluções originais baseadas em experiências concretas”.


E entende que uma formalização que agregue políticas públicas e instituições e acolha a sociobiodiversidade é um passo que deve ser dado, mas com ressalvas: “Sem homogeneizar tudo. Sem ter modelo restritivo. A sociobiodiversidade da Amazônia não é a mesma do Cerrado. Quando você vai para os Pampas, no Sul, é totalmente diferente. São outras pessoas, outras plantas, outra forma de socializar”, alerta.

O pesquisador avalia, portanto, que a expressão dessa diversidade na PNPMP deve ampliar as práticas de cidadania. Como? “A gente deve pensar em como a sociobiodiversidade

10ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi criada dez anos após a recomendação de adoção da prática no âmbito do Sistema Único de Saúde, na 10ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1996, como demonstra o texto do próprio documento: “A 10ª CNS recomendou a incorporação, no SUS, das práticas de saúde como fitoterapia, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares. Recomendou, também, que o gestor federal da Saúde incentivasse a fitoterapia na assistência farmacêutica pública, com ampla participação popular para a elaboração das normas para sua utilização”, afirma a publicação.

pode ser indutora de novos direitos. Que tipo de direito estou falando? Direitos culturais, em que as pessoas se veem representadas e têm participação nas esferas decisórias, ou mesmo naquela unidade de saúde do seu bairro, ou ainda direitos de propriedade intelectual, ou relacionados à possibilidade de manutenção ecossistêmica, direitos ambientais”, elenca.

Para Pedro, com o devido planejamento e incorporação na PNPMP, deve haver espaço para todos os atores sociais que atuam no tema: “Penso que há espaço para participação de todos, vale indústria, vale povos tradicionais, vale agricultor familiar. Tudo numa democracia vale. Desde que a gente esteja avançando nessa perspectiva de direitos, nessa ideia de democracia continuada. A proposta da universalização e da equidade, que está no SUS, é um processo contínuo”. 

SAIBA MAIS

- **Leia também no site:** O dilema da industrialização na fitoterapia brasileira

SERVIÇO:

- **Acervo museológico da fitoterapia pública brasileira (previsão de abertura – início de 2025):** Curadoria do Museu Histórico da FMUSP - <https://fm.usp.br/museu/portal/>
- **Livro:** A institucionalização da fitoterapia pública brasileira [previsão de lançamento – dezembro de 2024]: Hucitec Editora - <https://lojahucitec.com.br/>
- **Tese:** A institucionalização da fitoterapia pública brasileira (PPGSC/FMUSP, 2023). Disponível em <https://bit.ly/tesehistoriafito>.



PEDRO CARLESSI



Experiências de fitoterapia no SUS em diferentes estados brasileiros

O DESAFIO DAS FARMÁCIAS VIVAS NO SUS

Para o pesquisador Pedro Carlessi, que também é farmacêutico, a Farmácia Viva é um exemplo de institucionalização dessa prática do manejo das plantas para fins curativos em uma escala ampliada. “Hoje, ela é um programa que integra essa política nacional”. Ele explica que qualquer município brasileiro hoje pode ter sua farmácia viva, mas adverte — não é barato. “A Farmácia Viva surgiu dentro de um contexto muito específico de desabastecimento e ineficiência do Estado, no Semiárido cearense, nas décadas de 1970 e 80. O Brasil se transformou. E as farmácias vivas também se transformaram. Então, o desafio é justamente essa transposição de escala”.

Idealizado pelo professor José Francisco de Abreu Matos, um farmacêutico cearense, que em 2024 completaria 100 anos, o projeto das farmácias vivas tem hoje como maior desafio se manter financeiramente. Trata-se de um projeto caro, mas que segundo Pedro vale o investimento: “Ter fitoterápicos no SUS não significa tornar a saúde mais barata, pelo contrário, é caro produzir fitoterápico. Só que a qualidade disso que você oferece para a população é, de fato, um diferencial”, constata.

Atualmente existem mais de 80 farmácias vivas institucionalizadas pelo SUS. E o desejo é que haja muito mais: “Não tenho nenhuma dúvida que esse é um dos temas mais vivos que há, sobretudo na atenção primária. Os gestores municipais querem muito implementar, só que o tema é espinhoso”, adverte com a bagagem de quem se debruçou muito sobre o assunto e enxerga com clareza suas contradições, gargalos e potências.



LÉLIA DO BRASIL

Ícone feminista e antirracista, a intelectual e ativista mineira Lélia Gonzalez é referência mundial em estudos sobre gênero, raça e classe

ILUSTRAÇÃO SOBRE FOTO / ACERVO PESSOAL



No mês da Consciência Negra, *Radis* resgata a memória de Lélia Gonzalez, uma das mais importantes pensadoras brasileiras do século 20, pioneira do movimento feminista negro, referência antirracista e antimachista. Lélia nos deixou — ou se fez eterna, como gosta de ressaltar sua neta Melina de Lima — de forma precoce, aos 59 anos, em 1994. Mas segue imortalizada em suas obras e pensamentos, cada vez mais conhecidos, acessados e estudados no Brasil e no mundo. Credenciais não lhe faltam: historiadora e geógrafa, filósofa, educadora, comunicadora, antropóloga, escritora, ativista, articuladora cultural e o que mais se propusesse a ser.

Nascida em Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1935, e vinda de origem pobre, Lélia de Almeida era filha de um ferroviário negro e de uma trabalhadora doméstica indígena. Mudou-se com sua família ainda criança para o Rio de Janeiro, onde Jaime de Almeida — o mais velho de seus 17 irmãos — vingou na carreira futebolista e foi jogar no Flamengo. Naquela época, porém, profissionalizar-se em um clube de ponta no futebol, ainda que permitisse uma certa mobilidade social, não significava a independência financeira familiar, como ocorre com mais frequência com aqueles que alcançam esse status nos dias atuais.

Na nova cidade, ela ainda precisou conciliar os estudos com o trabalho de babá por um tempo, mas talvez por ser a penúltima de 18 filhos e a caçula entre as mulheres, teve a oportunidade de prosseguir com os estudos por mais tempo em comparação com seus irmãos. cursou todo o ensino fundamental na rede pública de ensino do Rio de Janeiro e no ensino secundarista ingressou no tradicional Colégio Pedro II. “Isso dá uma virada forte [na vida dela], porque para uma pessoa que vai para o Pedro II, uma adolescente negra, isso gera muitas possibilidades”, afirma a socióloga Flavia Rios, uma das organizadoras do livro *Por um feminismo afro-latino-americano* (Editora Zahar, 2020), obra que reúne os principais textos de Lélia entre 1979 e 1994.

Sua múltipla formação e atuação interdisciplinar ajudaram a transitar em diferentes áreas com maestria. Além das graduações em história e geografia — na época cursadas juntas — e em filosofia, ambas pela antiga Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Lélia fez o mestrado em comunicação e o doutorado em antropologia.

Depois, mergulharia também na psicanálise — indo de Freud a Lacan — e no candomblé, onde encontrou aportes para as teorias raciais e de gênero que desenvolveu. Como docente, lecionou em instituições privadas e públicas do Rio de Janeiro, do nível básico

ao ensino superior, e seu último cargo foi de diretora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Conceitos que hoje são cada vez mais difundidos, como decolonialidade, interseccionalidade e racismo estrutural já eram cunhados e debatidos por Lélia na década de 1980. “Ela teorizou a luta das mulheres negras e da população negra quando nem existiam esses conceitos”, orgulha-se Melina, neta e historiadora. Lélia também cunhou expressões como pretuguês e amefricanidade, e propôs uma visão afro-latino-americana do feminismo.

O ativismo político também marcou sua trajetória. “Ela tem um legado político de formação democrática. Lélia é uma das fundadoras do PT [Partido dos Trabalhadores] e do Movimento Negro Unificado (MNU)”, ressalta Flavia. A pensadora chegou a concorrer a dois cargos eletivos: como deputada federal pelo Rio de Janeiro, em 1982, pelo próprio PT, e deputada estadual, em 1986, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ficando como suplente em ambos os pleitos.



Lélia em campanha para deputada federal com seu filho, Rubens Rufino.



Lélia no Senegal em 1982

Já conhecida no movimento negro, até pouco tempo Lélia ainda não estava à vista de grande parte do público que hoje tem acesso à sua obra. Há apenas 5 anos, em outubro de 2019, a renomada ativista antirracista estadunidense Angela Davis esteve em São Paulo ministrando a conferência *A Liberdade é uma luta constante*, durante o Seminário Internacional *Democracia em Colapso?*. Em dado momento, ela disse à plateia que a referência que buscavam para pautas raciais e de gênero estava muito mais próxima de nós do que muitos imaginavam. E citou a amiga Lélia Gonzalez como inspiração, dizendo ter aprendido mais com a obra da ativista do que ela mesma poderia ensinar aos brasileiros. Foi a senha para um despertar.

Para Marcelo de Lima, outro neto de Lélia, apesar do vasto currículo e das contribuições políticas, sociais, culturais e acadêmicas da avó, o racismo e o machismo — justamente mecanismos sociais discriminatórios combatidos por ela — contribuíram para que esse reconhecimento tardasse a chegar. *Radis* abordou esses temas e muitos outros com a socióloga Flavia Rios e

com o núcleo familiar mais próximo de Lélia: seu filho, Rubens Rufino, e netos, Marcelo e Melina, a fim de revelar algumas das muitas camadas dessa importante intérprete do Brasil.

LÉLIA: DE ALMEIDA A GONZALEZ

Registros biográficos de Lélia narram uma importante transformação em sua produção acadêmica e militância política a partir de uma tragédia pessoal: o suicídio de seu marido, o filósofo espanhol Luiz Carlos Gonzalez, de quem Lélia herdou o sobrenome e fez questão de evidenciá-lo, como homenagem. Ambos haviam sido colegas de universidade, onde começaram a se relacionar. Relatos indicam que a família do espanhol tolerava o namoro, mas não aceitou o casamento, ocorrido em 1964, por ela ser negra e ele branco. E passaram a destratar Lélia. Farto da pressão familiar, ele tirou a própria vida no ano seguinte ao casamento.

Lélia, então, sentiu na pele as consequências do racismo e do mito da democracia racial, cuja desconstrução viria a ser uma de suas principais bandeiras de luta. Para isso, teve que questionar um discurso fantasioso de um Brasil próspero e equânime, que era propagado pela ditadura militar. “Uma das primeiras coisas que ela fez, no final da década de 1970, foi denunciar a falácia da democracia racial. Isso foi um marco dentro da sua história como ativista. Nós vivíamos no período da ditadura militar, em que havia o milagre econômico e a ‘democracia racial’, só que isso não condizia com a verdade que vivenciávamos tanto socioeconômica quanto culturalmente”, revela Rubens.

Antes de se tornar Gonzalez, portanto, Lélia de Almeida passa por todo o processo de luto, conflitos e autorreconhecimento. E percebe que as teorias hegemônicas com as quais tinha contato não davam conta de responder às contradições que passou a confrontar. Foi quando despertou de vez para as pautas sociais, incluindo a luta racial. Em algumas entrevistas, a intelectual reconheceu que durante sua formação estudantil havia passado, sem notar, pelo chamado processo de embranquecimento, como relata Rubens: “Lembro quando eu era criança, nos anos 60, minha mãe usava peruca. Depois se tornou uma grande ativista do movimento negro”, narra.

Flavia aprofunda a discussão ao citar uma passagem em que Lélia fala abertamente sobre o tema em uma entrevista. “Ela diz: — “Eu venho de uma família indígena e negra, quando chego na escola pública começam a falar de estigmas, que o negro é escravo, que o indígena é indolente”. Então ela tinha que ser outra coisa. Por que uma criança vai chegar na escola e querer ser aquilo que é tido como ruim e feio?”, questiona a socióloga. “Isso é o processo do embranquecimento, quando você adentra um sistema escolar e toda sua educação nega quem você é e você tem que se tornar outro”, completa Flavia.

Obras e memória

Lélia Gonzalez está por toda parte. Foi reeditada recentemente por grandes casas editoriais – há muito tempo sem lançamentos cuidadosos de sua produção intelectual. É lembrada por exposições sobre sua vida e ativismo em grandes capitais do Brasil: Salvador, Belo Horizonte – onde em junho de 2024 ganhou uma estátua em tamanho real, ao lado de Carolina Maria de Jesus – e São Paulo. Está pintada no muro de sua antiga casa, número 106 da Ladeira de Santa Teresa, região Central do Rio de Janeiro. E foi homenageada com uma bandeira criada pela artista Rosana Paulino, hasteada no Museu de Arte do Rio (MAR) durante o ano de 2022.

“Tivemos o lançamento agora [em julho de 2024] do livro *Festas Populares no Brasil*, reeditado pela Boitempo, que é um trabalho bem de antropóloga, de entender a importância das festas no nosso país continental e a grandiosidade da nossa cultura e a influência negra, dos nossos ancestrais africanos e indígenas na construção desse país”, ressalta Melina, ao falar sobre a nova edição do único livro que Lélia escreveu sozinha, em 1987. Na ocasião, a obra teve baixa tiragem, com circulação restrita, e agora ganha nova abrangência. O segundo e mais conhecido livro dela foi *Lugar de Negro*, escrito cinco anos antes, em 1982, em coautoria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg.

Além de todo o engajamento e militância política, Lélia esteve ligada também a diversos círculos artísticos e culturais. Dentre essas atuações, ela participou da Escola de Samba Quilombo, inaugurada pelo sambista Candeia, criou o curso de cultura negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, na década de 1970, e foi uma das fundadoras do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras e do Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga. Fez-se presente até mesmo na criação do grupo Olodum, na Bahia. Parte de toda sua rica história tem sido recuperada e guardada pela própria família, que criou o Instituto Memorial Lélia Gonzalez e o Projeto Lélia Vive. Tudo conforme a vontade dela, como relata Melina.

“O impulso foi a própria Lélia, era um sonho da minha avó. Ela falava: ‘Por favor, toquem o meu legado. Não deixem esses estudos ficarem por aqui. Vamos dar luz a isso.’” Para a historiadora, a família estar à frente desse projeto é sinal de orgulho. “Nós somos os diretores. Meu pai é diretor executivo, minha tia [Eliane de Almeida] é vice-diretora executiva, meu irmão é diretor administrativo-financeiro, eu sou diretora de cultura e educação, e a Dulce [Maria Pereira], grande amiga e quase irmã de Lélia, é a diretora institucional”, elenca. “É uma ação bem da família, inclusive é importante termos esse reconhecimento porque é uma família preta de uma intelectual preta. Queremos manter esse legado vivo e, principalmente, respeitado”.

Uma boa notícia é que Lélia é hoje a autora mais vendida em feminismo negro na plataforma Amazon, cita Melina. “Enfim, o reconhecimento está chegando. Espalhar o legado dela é justamente fazer as pessoas entenderem que somos gigantes e grandiosos, ancestralmente, inclusive. Vamos decolonizar a academia e as escolas”, declara.



Bumba meu boi, São Luís-MA (1994). Foto de Walter Firmo

Festa de Iemanjá,
Salvador-BA (1982).
Foto de Walter Firmo



INTERSECCIONALIDADE: UMA TEORIA DAS DESIGUALDADES

Foi no movimento feminista, também no fim dos anos 70, que Lélia começou a trabalhar o conceito de interseccionalidade, ao compreender que as mulheres brancas sofriam injustiças, opressões e iniquidades, mas não tanto como as mulheres pretas. Posteriormente, na luta racial, também levou aos homens negros do MNU a visão de que era preciso olhar para a causa das mulheres pretas.

Flavia ressalta que, para teorizar sobre a interseccionalidade, Lélia teve que cruzar saberes dos diversos campos de sua formação: “Para olhar essas complexidades, essas contradições sociais tão concretas, ela precisou de todas as leituras de psicanálise, filosofia, sociologia, antropologia, análise da cultura, demografia, e construir uma teoria social robusta para poder interpretar esse fenômeno”.

Lélia atenta para esse entrelaçamento entre os marcadores de classe, raça e gênero. “É uma teoria que precisaria considerar a multicausalidade. Ela é uma teórica das desigualdades e quer entender como essas desigualdades se estruturam e se reproduzem, quem é esse sujeito e como se rompe isso”, explica Flavia.

PRETUGUÊS E AMEFRICANIDADE: CONCEITOS DECOLONIAIS

Ao expandir sua análise para além das fronteiras nacionais e dar luz às diferentes culturas que moldam as nações do continente americano, Lélia Gonzalez utiliza o conceito de decolonialidade — pelo qual os povos contam suas histórias por si e não pela narrativa eurocêntrica dos colonizadores. E propõe o desenvolvimento de novas identidades políticas no continente, como ameríndios e afro-americanos.

Daí vem o conceito de amefricanidade, muito trabalhado por ela e que expressa essa presença da cultura africana e indígena em países da América, constituindo uma identidade afro-latino-americana. Melina explica que esse conceito consiste em valorizar o protagonismo da população negra e dos povos originários na construção cultural do Brasil. “É sair da caixinha branca e europeia e entender que tivemos essa influência na formação do nosso país e do continente”.

Outra criação de Lélia, o termo “pretuguês” é a forma como ela conceituou a africanização da língua portuguesa. Assim ela se referia ao idioma falado no Brasil, demarcando as contribuições dos africanos à fala e à escrita no país. Não é o português de Portugal, é o português do Brasil, único. Flavia também analisa essas terminologias criadas e trabalhadas por Lélia: “Quando ela constrói o conceito de amefricanidade, ela quer trazer à cena aquilo que fica encoberto e apagado”.

Flavia reforça a fala de Melina, de que as teorias de Lélia valorizavam as contribuições culturais indígenas e

africanas para a formação do povo brasileiro, ocultadas com a ideia de mestiçagem: “Afim, se todo mundo é mestiço, para que você vai resgatar a sua origem? Então, ela rompe com essa teoria. A ideia de homogeneizar é apagar todas as outras coisas, principalmente aquelas que não são bem vistas. Lélia defendia justamente o contrário, que déssemos o protagonismo para as culturas que são a base da nossa formação”. E encontrou na psicanálise uma forma de perceber o que está escondido nas narrativas hegemônicas: “Ela trabalhou muito com conceitos da teoria psicanalítica, e isso a ajudava a pensar o que estava oculto na nossa cultura. O que a gente negava? Um racismo de denegação”, analisa.

UMA PENSADORA À FRENTE DE SEU TEMPO

Uma evidência da consistência e relevância das teorias de Lélia é que elas permanecem atuais, como frisa Rubens. “Se você ler um texto dela hoje, parece que acabou de ser escrito. Coisas que foram escritas há 40 anos. É muito atual, ela estava à frente do tempo e, por conta de um racismo que ainda permanece no Brasil, a gente viu a necessidade de continuar o trabalho dela, que é um trabalho muito bonito”, diz em referência ao Instituto Memorial Lélia Gonzalez, fundado em 2023 e dirigido pela família. “Ela abriu mão da vida pessoal para lutar pelo povo negro”, destaca.


Marcelo concorda com a avaliação de seu pai. “Ela ainda é a principal referência sobre tudo o que falou, mesmo completando 30 anos de seu falecimento”. O neto diz acreditar que até então não tínhamos maturidade para entender e aprofundar temas levantados por Lélia em suas entrevistas, palestras e escritos. “Basicamente começamos a debater agora questões que ela trouxe. Começamos a entender coisas que ela falava lá nos anos 80. Isso é um pouco do tom e da marca da originalidade”, afirma.

Por outro lado, Melina lamenta que lutas travadas pela avó há 50 anos ainda estejam em pauta. “Todo mundo que lê Lélia Gonzalez fala que é muito atual. Eu preferiria que não fosse tão atual, queria que já tivéssemos superado isso”. E complementa: “Não dá para falar do nosso país sem falar de racismo, sem falar que não vivemos uma democracia racial. Somos 56% da população e, infelizmente, os piores índices de violência, de morte e de acesso são da população negra, a maior do país”.



Dentre outras habilidades, Lélia era poliglota e autodidata. Falava e escrevia em inglês, espanhol, francês e italiano, o que ajudou que se tornasse uma pensadora de alcance internacional. “Ela escreveu sua obra em pelo menos quatro línguas e idiomas muito importantes no mundo”, aponta Flavia. Com isso, “internacionaliza o Brasil e hoje está em currículos acadêmicos em várias universidades europeias, africanas e estadunidenses”.

A aptidão com idiomas contribuiu também para que Lélia viajasse por diversos países. Flavia lembra que a pensadora brasileira participou de Conferências das

Organizações das Nações Unidas (ONU) entre 1975 e 1985, na chamada Década da Mulher da entidade. A socióloga conta que Lélia palestrava nos eventos e isso lhe abria portas para convites em universidades mundo afora e rendia entrevistas veiculadas no exterior. Com isso, Lélia conheceu novos lugares ao passo em que também ficou conhecida. Foi como Angela Davis e ela se conheceram, assim como outras ativistas internacionais. “Ela teve uma circulação na América Latina, no Caribe, nos Estados Unidos, na Europa, na África, realmente uma intelectual muito cosmopolita”. 

LÉLIA MÃE E AVÓ

Rubens, Marcelo e Melina compartilham com *Radis* um pouco da vivência com Lélia fora do papel de ativista ou intelectual, embora educar fosse um gesto natural de sua personalidade. “Ela foi mãezona e vózona com Melina e Marcelo”, entrega o filho Rubens. “Ela tinha essa preocupação em educar para a sociedade racista que ainda vivemos. Acho muito legal a preparação que ela me deu para enfrentar o racismo”, diz ele, lembrando ainda que as reuniões do Movimento Negro Unificado (MNU) aconteciam em sua casa. “Eu acabava absorvendo todo aquele conhecimento, histórias e vivências”.

Melina tem a memória da avó como uma pessoa alegre e que não passava despercebida. “Ela era um acontecimento, onde chegava todo mundo via, paravam para olhar, para escutar. Mas ela era uma avó muito carinhosa. Não cozinhava, mas lavava a louça, então lembro sempre dela lavando a louça”, recorda. Melina tinha apenas 8 anos quando Lélia “se fez eterna”, mas isso não a impediu de sentir o acolhimento da avó em momentos marcantes de sua vida, como o reconhecimento de sua sexualidade, mais tarde.

“Ela já estava, nos anos 80, defendendo essa pauta, sendo aliada da luta LGBTQIA+. Então quando eu me entendi como uma mulher lésbica, eu não tive limites. Pensei: minha avó me apoiaria”, conta. “Ela sempre se colocou e se posicionou, então mesmo não estando mais aqui fisicamente, nós sabemos o caminho, as ações e as decisões que ela tomaria”.

O neto Marcelo identifica na avó traços de sua própria personalidade. “Não tem como ler e não se influenciar. Então, sem dúvida, eu sou quem sou hoje por influência dela”. Segundo ele, a avó inspirou toda a família.

Marcelo passou a compreender melhor a relevância da avó na adolescência, no ano 2000, com a publicação do Dicionário Mulheres do Brasil (1500-2000), editado pela Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), um livro com a memória de mulheres históricas do país. “Foi aí que me toquei que a minha avó era, de fato, uma intelectual e uma pessoa muito relevante. E fiquei um pouco mais atento, porque antes ela estava muito no lugar de avó”, revela.

Dela, herdou também o legado dos estudos. “Ela permitiu que meu pai acessasse outros lugares e, consequentemente, os lugares que ele conseguiu acessar me permitiram estar onde eu estou hoje, de ter feito um mestrado, por exemplo. Isso é um legado que ela deixou”, celebra.

Rubens tinha um papel crucial, mas também privilegiado nas publicações de Lélia. Era dele, muitas vezes, a missão de datilografar os textos da mãe: “Uma coisa que me dá muito orgulho é que o livro Lugar de Negro (1982) foi todo batido [à máquina de escrever] por mim, só depois foi para a editora. Foi algo que me marcou, não só a convivência e o aprendizado, mas a formação que ela me deu. Ela era muito preocupada que eu assumisse minha negritude e vivesse como um homem negro para enfrentar o racismo”.

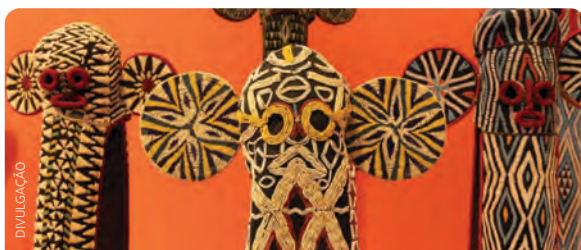
Pode-se dizer que, para Melina, a avó foi uma espécie de heroína, em quem se inspirou. Hoje ela atua na salvaguarda de sua memória, como diretora de cultura e educação do Instituto Memorial Lélia Gonzalez e à frente do Projeto Lélia Vive: “Ela militava em todos os espaços e reconhecia a importância da representatividade e da nossa existência. É um orgulho danado ser neta dessa grande, urgente e necessária figura”, celebra.

ANGELA DAVIS NO BRASIL

A conferência A Liberdade É Uma Luta Constante marca a primeira passagem da ativista e pesquisadora Angela Davis por São Paulo. Ela encerra o seminário internacional Democracia Em Colapso?, que aconteceu em 2019. No registro, disponível no canal da TV Boitempo no YouTube (com áudio original, em inglês, e legendas em português), a professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia compartilha sua trajetória pessoal e política e propõe uma reflexão sobre as correntes do pensamento feminista contemporâneas, bem como sobre a contribuição da luta de mulheres negras na construção de sociedades mais justas e democráticas. Acesse em <https://bit.ly/angeladavisemsp>.



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

TRAMAS AFRICANAS

Entre a Cabeça e a Terra: Arte Têxtil Tradicional Africana é o título da exposição que fica em cartaz na Pinacoteca de São Paulo até fevereiro de 2025. A mostra apresenta 129 peças têxteis que buscam estimular novas percepções sobre a África no público brasileiro, a partir de um olhar diverso para um continente povoado de saberes, tradições e contribuições artísticas. A exposição nasceu a partir de uma pesquisa sobre tecnologias têxteis ancestrais e transmissão de saberes tradicionais da África. Saiba mais: <https://bit.ly/artetextilafricana>.

AFROFUTURISMO EM HQ

A luta do pai de Tereza, Dandara e Cosme para ensinar os saberes ancestrais da família, enquanto as crianças desejam passar as férias conectadas com a tecnologia e o videogame, é a base da história em quadrinhos Os Afrofuturistas — O ataque dos Kips (Editora Veneta), parceria assinada pelo roteirista Marcelo Lima e o ilustrador Renato Barreto. A aventura, ambientada em Salvador, mescla referências de mitologia africana, cultura afrobaiana e universo de super-heróis, trazendo à cena o encontro entre conhecimentos ancestrais e conceitos do afrofuturismo. O livro traz ainda um glosário com personagens históricos e termos da mitologia afro-brasileira presentes na história.



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

MULHERES DE PERIFERIA

O podcast Conversa de Portão "é um encontro semanal onde a conversa entre mulheres vira notícia". Criado pelo grupo Nós, Mulheres da Periferia, que também mantém um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Na nova temporada, lançada em 2024, "Nós, prefeitas", elas apresentam o perfil de algumas governantes ao longo da história brasileira, lembrando que apenas 12% dos municípios do país são governados por mulheres e que, das atuais prefeitas, apenas 4% são negras. No primeiro episódio, elas contam a história de Alzira Soriano, a primeira mulher prefeita no Brasil e em toda a América Latina. Para visitar o site e escutar o podcast: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>.

Do pânico ao esquecimento: três anos da CPI da Pandemia

DEISY VENTURA*

Há poucos dias, uma grande jornalista brasileira me disse: “Infelizmente, ninguém mais quer saber da pandemia. Quando a gente publica algo a respeito, a audiência é quase zero, você sabia? Um horror”. De fato, quando falamos da covid-19, em público ou na vida privada, sentimos um crescente incômodo entre nossos interlocutores, com demonstrações de impaciência ou até desprezo.

Como em tantos outros processos de esquecimento que caracterizam a história do Brasil, somos convidados, aberta ou veladamente, a “virar a página”. É preciso “seguir em frente” rumo às pautas capazes de gerar “cliques e curtidas” nas redes sociais, sob o falso pretexto de que “já se falou muito sobre a covid-19”. Digo falso porque o excesso de conteúdo midiático sobre um assunto não significa, nem de longe, que ele foi tratado de forma adequada, e ainda menos suficiente.

A ilusão de que a pandemia é um assunto superado explica, em parte, o silêncio que cercou o aniversário de três anos do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal sobre a covid-19, entregue à Procuradoria Geral da República em 27 de outubro de 2021, recomendando o indiciamento de dezenas de pessoas, inclusive autoridades federais, por crimes relacionados à pandemia. (...)

De um lado, temos familiares das vítimas que reclamam o caráter evitável das mortes de seus entes queridos. As suas associações representativas continuam promovendo atividades de preservação da memória e de busca por justiça, diga-se de passagem, sem o devido apoio do Estado e da sociedade, como é o caso da Avico Brasil [Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas de Covid-19].

Há também milhares de pacientes com a chamada “covid longa” sofrendo os efeitos persistentes de uma doença que poderiam não ter contraído caso existisse prevenção eficaz; trabalhadores da saúde e de outras atividades essenciais cujos relatos sobre a linha de frente são ignorados; e tantos voluntários que ainda não tiveram ocasião de contar sua experiência valiosa em incontáveis iniciativas sociais de prevenção da doença e de garantia da vida.

Deste lado estão igualmente artistas, entre eles os criadores de filmes monumentais como Quando falta o ar, de Helena e Ana Petta, ou Eles poderiam estar vivos, de Gabriel e Lucas Mesquita, que deveriam ser premiados e difundidos amplamente. Estão, ainda, os projetos de construção de acervos sobre a covid-19, entre os quais destaco o extraordinário Sou Ciência da Universidade Federal de São Paulo, liderado por Soraya Smaili e Pedro Arantes; além de (não muitos) pesquisadores,

jornalistas, parlamentares e outros profissionais que persistimos na investigação do que realmente aconteceu no Brasil, sendo diversos de nós alvos de processos criminais e cíveis como forma de intimidação para que desistamos do assunto e, sobretudo, que os resultados das nossas pesquisas sejam desqualificados e não tenham eco.

Entre os que não desistem de lutar, menciono, por fim, o Conselho Nacional de Direitos

Humanos e o Conselho Nacional de Saúde, órgãos do Estado de inquestionável relevância e legitimidade, que apresentaram uma nova representação criminal sobre os “crimes da pandemia”, no dia 24 de outubro último, à Procuradoria Geral da República. (...)

Já do outro lado, dos que promovem o esquecimento, estão, evidentemente, os supostos autores dos crimes da pandemia, embora muitos deles jamais tenham negado o que fizeram. Ao contrário, há quem defenda o legado mortal em nome da falsa proteção da economia e do livre arbítrio. Para eles, quem violou os direitos humanos foram os cientistas, as autoridades e os profissionais de saúde que se opuseram à estratégia de incitação ao contágio, baseada na crença em duas teses que rapidamente se comprovaram falsas: a imunidade de rebanho por contágio e o alardeado “tratamento precoce”. (...)

A comunidade científica está ciente de que o final desta história será o seu recomeço, garantido pela impunidade que se avizinha. Venho dizendo, desde 2020, que a covid-19 é uma questão de memória, verdade e justiça. Se o bloco da memória não aumentar, a próxima pandemia encontrará o Estado e a sociedade brasileiros, especialmente as autoridades sanitárias, tão ou mais desarmados diante do crime quanto estivemos diante da covid-19. 📌

“ Venho dizendo, desde 2020, que a covid-19 é uma questão de memória, verdade e justiça. ”

■ PROFESSORA DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL DA USP (30/10). PARA LER NA ÍNTEGRA: [HTTPS://BIT.LY/ARTIGODEISYVENTURA](https://bit.ly/artigodeisyventura)

DISQUE SAÚDE **136**

   /minsaude

 /ministeriodasaude

 /MinSaudeBR



FARMÁCIA
POPULAR

20 ANOS

**FÉ NO
BRASIL**

AGENTE
TÁ NO RUMO
CERTO.

AQUI TEM MEDICAMENTO DE GRAÇA PRA TODO MUNDO

Medicamentos para
hipertensão, diabetes,
osteoporose, asma
e anticoncepcionais
de graça para toda a população.

» E tem outros itens com
até 90% de desconto.

» Quem é do **Bolsa Família**
retira tudo gratuitamente.

➔ NOVIDADE!

Agora tratamento de colesterol alto,
doença de Parkinson, glaucoma
e rinite também são gratuitos.

Retirar os medicamentos é fácil: basta apresentar
receita médica, documento de identificação e CPF.

**O Farmácia Popular
é bom pra todo mundo.**

Conheça a lista completa dos
medicamentos e muito mais em:
gov.br/farmaciapopular

BRASIL BEM
CUIDADO

INCA

SUS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO